

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Nº 1
2022

Programa de Educação Tutorial
Ciências Econômicas
Universidade Federal do Paraná

Textos para Discussão Número 1

Autores

Arthur Martins Bosquerolli
Beatriz Mendes Galvão Martins
Débora Pereira de Paiva
Giovana Corteletti Caetano
Heloisa Ribeiro Lopes
Laura Carvalho Gomes dos Santos
Laura Eduarda de Conto
Leandra Sackser
Luiza Helena Machado Argenta
Matheus Fiuza de Alencastro
Milena Martins do Nascimento
Pedro Henrique da Costa Silva
Ricardo Antonio Lopes Bolonhini

Coautores

Demian Castro

Arte da capa

Luiza Helena Machado Argenta

Edição

Abdul Mottaleb Mohamad Haidar Junior

Milena Martins do Nascimento

Curitiba, fevereiro de 2022

Sumário

Apresentação	5
Estagnação brasileira em 2021: as consequências da destruição do Estado	6
1. Introdução	6
2. Os 4 vetores de aceleração: cadeias globais e o preço dos alimentos, crise hídrica e energia elétrica, política de preços da Petrobrás e câmbio	7
2.1 Cadeias globais e o preço dos alimentos	11
2.2 Crise hídrica e energia elétrica	13
2.3 Política de preços da Petrobras	15
2.4 Câmbio	19
3. Política monetária	20
4. Conclusão	24
A manutenção da hegemonia americana	29
“Estado X Mercado”: uma dicotomia inexistente	34
1. Introdução	34
2. O estado empreendedor	35
3. Conclusão	39
Os impactos da desigualdade na educação dos jovens brasileiros	41
O Governo Bolsonaro e o sucateamento da educação brasileira	47
Perfil socioeconômico da comunidade LGBT: um estudo sobre o problema demográfico e social	52
1. Introdução	52
2. Perfil socioeconômico de vulnerabilidade social	53
3. Precarização do mercado de trabalho	54
4. Impacto das políticas públicas	55
5. Métodos e fontes alternativas de dados	57
6. Conclusão	58
Economia Donut: uma resenha crítica	61
Racismo na economia: uma resenha	68
Progressividade tributária como importante instrumento de justiça e isonomia fiscal: uma análise de Keynes a Thomas Piketty	72
1. Introdução	72

2. De Keynes ao Neoliberalismo: transformação de uma tributação a serviço do povo para uma tributação a serviço da acumulação de capital _____	72
3. O sistema tributário brasileiro: progressividade vs. regressividade _____	75
4. A tributação no Brasil e no mundo à luz da doutrina de Thomas Piketty _	78
5. Meios para a redução das desigualdades: o caso brasileiro _____	82
6. Conclusão _____	91

Apresentação

Demian Castro

Os textos que a seguir apresentamos ao público representam uma fotografia do grupo PET Economia da UFPR, tanto no que se refere às suas preferências temáticas quanto à heterogeneidade dos seus membros. A maior parte deles entrou no grupo em plena vigência da pandemia, o que significa que o *esprit de corps* foi trabalhado ao longo dos meses em plataforma virtual. Mesmo assim, percebe-se que os diversos assuntos abordados partilham a preocupação com os destinos do país e do mundo, em todos eles aparece a insatisfação com a regressão econômica, social e ambiental dos últimos anos e a vontade teimosa de enveredar por um caminho de reconstrução e firme diminuição da desigualdade e pobreza extrema, além da necessidade de rapidamente retomar o protagonismo em matéria de preservação ambiental e mudança de paradigmas energéticos.

Nesta publicação, os autores abordam a questão da inflação e falta de crescimento, racismo, gênero, tributação, Estado, educação, a hegemonia americana, fuga de capitais e a chamada economia “donut”. Uma variedade de assuntos cujo principal objetivo é promover discussões entre o corpo discente e docente e, não menos importante, mostrar à coletividade acadêmica a produção e linhas temáticas do grupo. Vale a coragem, ousadia e a formação analítica de estudantes que, através das suas atividades e convicções, nos fazem ver o futuro com esperança.

Estagflação brasileira em 2021: as consequências da destruição do Estado

*Arthur Martins Bosquerolli
Matheus Fiuza de Alencastro*

1. Introdução

Homens livres guiados pelo próprio interesse se encontram no mercado para transacionar os seus bens produzidos privadamente e intercambiados segundo leis universais de funcionamento da economia humana. A quintessência do conceito de liberdade na sociedade burguesa, contudo, carrega um porém: o nível de preços deve sempre subir. Polanyi¹, em sua investigação histórica, demonstra, além de outras exigências do livre mercado, que é necessário que deflações sejam evitadas, ou ao menos atenuadas, sob pena de uma quebradeira generalizada. Maria da Conceição Tavares nos alertou para a paz dos cemitérios. Contudo, daqui, do lado oposto da história, em novembro de 2021, enquanto escrevemos esse texto, a invocação dos fantasmas da inflação da década de 80 assusta até os incrédulos.

O acumulado de 12 meses para o mês de outubro, segundo série histórica do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), foi de 10,67%, tendo havido um aumento de 1,25% na comparação com o mês anterior. Os itens que se destacaram dentro da cesta foram alimentação no domicílio, com 13,27% no acumulado, energia elétrica residencial (30,27%), botijão de gás (37,86%) e combustíveis (45,26%). Todos esses elementos de aceleração do nível de preços podem ser explicados: i) há no cenário global, uma perspectiva de aumento nos preços dos alimentos, o que, sendo o Brasil um dos maiores produtores agrícolas do planeta, não deixaria de afetar os preços internos; ii) neste ano, o país foi atingido por uma seca histórica provocando o ressecamento dos reservatórios das hidrelétricas - nossa principal fonte energética; iii) a empresa nacional petroleira com poder de monopólio foi surrupiada por interesses rentistas que imputem uma política de preços que deve se pautar pelo mercado global. Além disso, alguns países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, vêm sofrendo com a desvalorização da moeda desde antes da

¹ POLANYI, K. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

pandemia e essa tendência parece permanecer agora na recuperação econômica. Por isso, nesse artigo nos pautaremos na investigação desses 4 vetores de aceleração da inflação e, ao final, faremos uma discussão a respeito do papel da política monetária para conter alta de preços e questões teóricas sobre a sua eficácia.

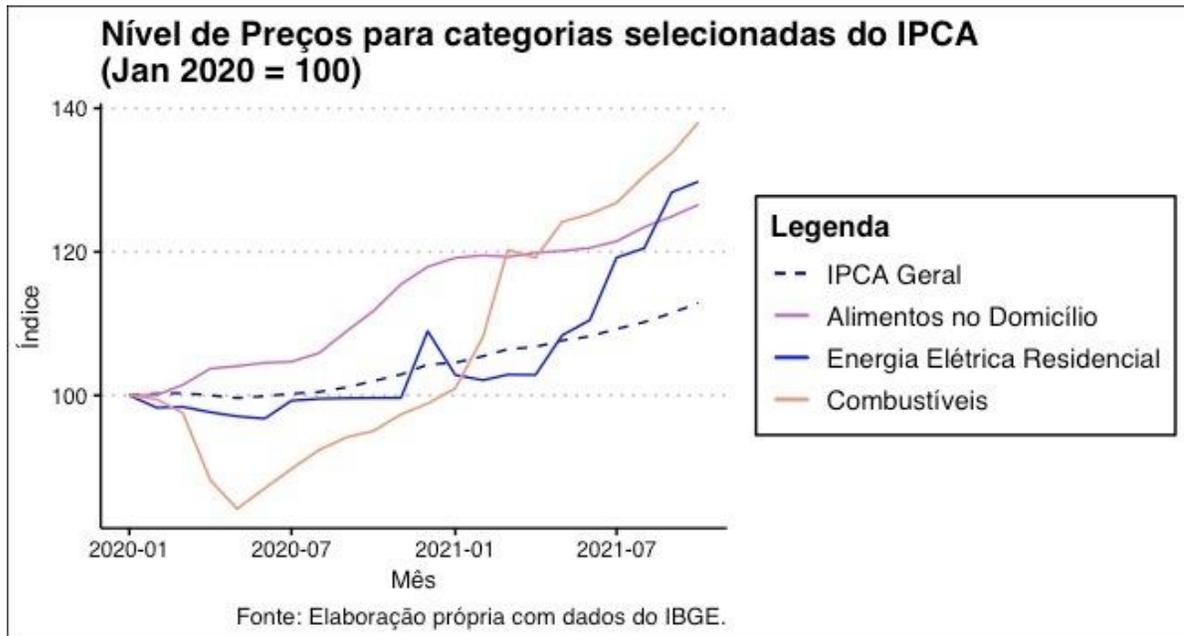
2. Os 4 vetores de aceleração: cadeias globais e o preço dos alimentos, crise hídrica e energia elétrica, política de preços da Petrobrás e câmbio

Conforme demonstrado no relatório *Trade and Development Report 2021* da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), em sua seção dedicada ao tema da inflação, denominada “Inflationary Pressures: Nothing to Fear but Fear Itself” (Pressões inflacionárias: Nada a se ter medo a não ser o medo em si), a combinação da rápida retomada da demanda agregada no pós-pandemia e alguns choques adversos de oferta são as razões para a aceleração da inflação nas economias avançadas. Apesar de verdadeiro, para o caso brasileiro, como discutido acima, há ainda alguns fatores que amplificam essa tendência econômica na “retomada”² apesar das projeções apontarem para a queda da economia no próximo ano³. Já durante a pandemia, a demanda global pelos alimentos brasileiros se intensificou, de maneira que houve internamente um aumento sustentado dos alimentos. Outro fator, adjacente a esse, e indubitavelmente conectado, é a crise hídrica pela qual o país passou em 2021, que ajudou a puxar os preços dos alimentos para cima, além de provocar o aumento no preço da energia elétrica. Além disso, devido às novas políticas liberais implementadas na Petrobrás após o golpe de 2016, a empresa deixou de ser capaz de ser um ator de estabilização interna dos preços dos combustíveis e gás no país. A figura a seguir demonstra o comportamento desses preços durante o período recente:

² Entre aspas porque, conforme Bosquerolli et al (2020), a economia ocidental e, principalmente, a brasileira vêm enfrentando processos de avanço na desigualdade social e perda de capacidade dinâmica de maneira que o termo “retomada” pode ensejar conclusões indesejáveis que permitiriam a dedução de que o sistema vai bem.

³ O Banco Itaú apontou em sua análise macroeconômica de novembro de 2021 para uma queda de 0,5% do PIB em 2022.

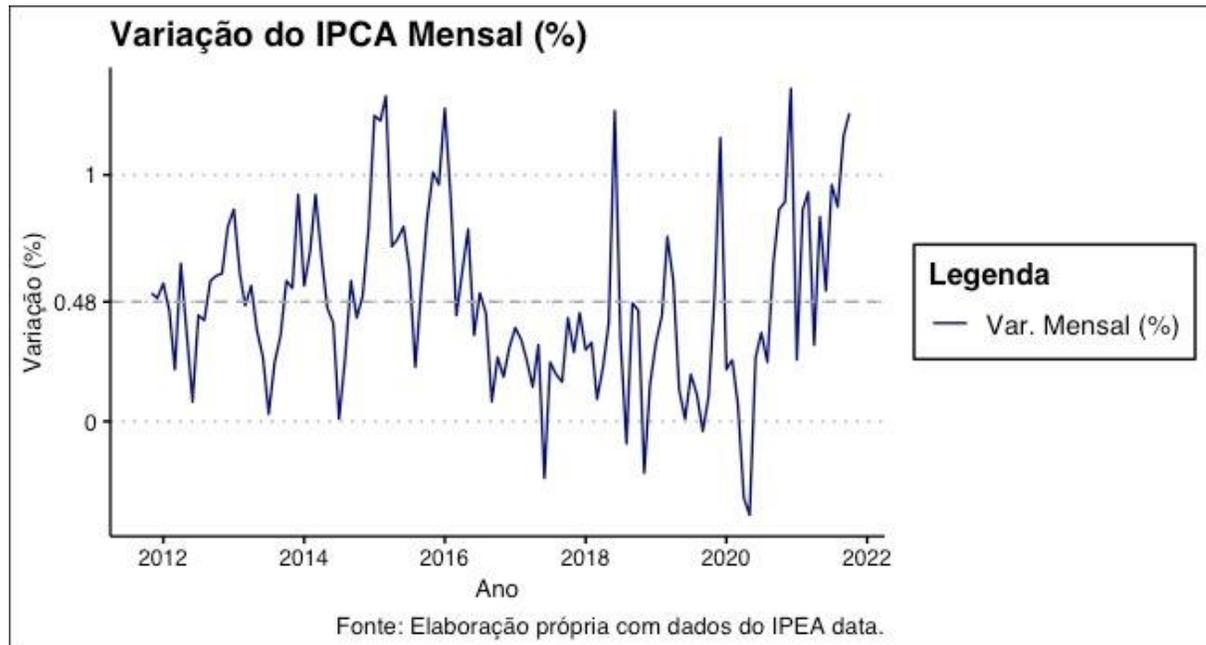
Figura 1: Nível de Preços medidos pelo IPCA



Como pode-se observar pelo gráfico, os alimentos parecem seguir uma clara tendência desde o começo de 2020. Na contramão, energia elétrica e combustíveis sofreram uma redução no primeiro momento. A dinâmica do setor elétrico foge à lógica convencional de oferta e procura por se tratar de um setor com preços administrados. Entretanto, devido às pressões causadas pela redução das reservas de água, o governo foi obrigado a promover um racionamento de energia via preços. Já para o setor de combustíveis, a queda foi bastante acentuada e a sua recuperação também. Se comparados aos níveis de janeiro de 2020, o preço dos combustíveis já é quase 40% maior.

Ademais, devido à gestão política caótica e criminosa e a redução das taxas de juros a níveis históricos realizada pelo Banco Central Brasileiro, o real está entre uma das moedas que mais se desvalorizaram no período, o que acaba por ser um fator determinante na aceleração do fenômeno inflacionário (UNCTAD, 2021). Como se sabe, o câmbio desvalorizado aumenta a atratividade dos produtos brasileiros internacionalmente (majoritariamente as *commodities*), de maneira que a produção se converte para um comportamento exportador e a oferta interna fica prejudicada.

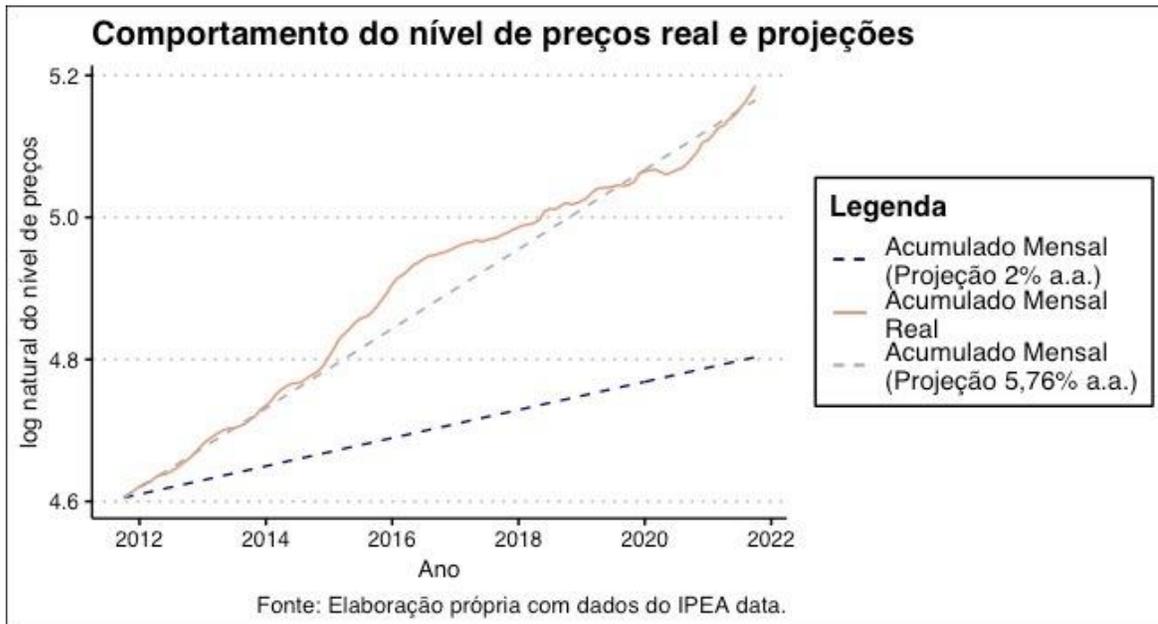
Figura 2: Variação do IPCA



Como depreende-se do gráfico, a média dos dez anos em tela é de uma variação mensal de 0,48%. No período de 2016 a 2018 as taxas estiveram consistentemente abaixo desse patamar com apenas 6 observações capazes de superá-lo. Entretanto, a série mais recente apresentada no gráfico inverte esse comportamento (apenas em 2021 houve 8 observações acima da média) o que é um forte indicativo de aceleração. Contudo, ainda está longe de ser caracterizado como um fenômeno parecido com o que ocorreu no século passado, principalmente quanto as suas causas. Se anteriormente havia um cenário de elevado consumo, agora a depressão econômica é ululante. Além disso, não há um cenário de crise da dívida e do balanço de pagamentos.

Para a série observada, a média da variação mensal dos níveis dos preços de outubro de 2011 a dezembro de 2019, ou seja, descontando-se o período de pandemia, foi de 0,47% (5,76% ao ano). A partir dessa constatação, podemos traçar retas tendenciais, como se segue:

Figura 3: Comportamento e projeção do nível de preços



No gráfico, a reta pontilhada azul representa a evolução do nível dos preços caso a sua taxa de variação se mantivesse constante ao nível de 2% ao ano. Presente aqui apenas para efeitos de comparação, esse é o patamar de referência para as economias avançadas (UNCTAD, 2021). A reta cinza pontilhada representa a projeção para uma economia que mantivesse a variação em 5,76% anualmente, o que aqui representa a nossa média antes da pandemia. Como se vê, a reta laranja, que é o comportamento real do nível de preços, flutua em torno de uma "tendência" estrutural da nossa economia nos últimos anos⁴. Como observa-se, ainda não é possível inferir se a taxa se descolará da sua tendência. Note-se que entre 2016 e 2020, período caracterizado pela estagnação da economia, a evolução da curva é mais comedida, contudo, há uma reversão de comportamento no período recente que parece se aproximar da inclinação observada entre o final de 2015 e o começo de 2016. Ambos os períodos caracterizados por eventos sociais históricos. A diferença, entretanto, é que não havia um movimento de recuperação do nível de preços após uma desaceleração naquela época, ou seja, o gráfico demonstra que antes da atual aceleração, a inclinação da reta diminuiu consideravelmente, enquanto que em 2016, não houve movimento parecido.

⁴ A metodologia utilizada para a construção da reta de tendência é bem simples: trata-se da média dos períodos mencionados. É importante ressaltar que não se trata de um estudo mais aprofundado a respeito do entendimento temporal da série e o objetivo é apenas a análise gráfica inicial.

Como há cinco anos, hoje o mercado financeiro anda sob estresse. Em outubro de 2016, o preço cobrado foi de uma taxa Selic de 14% ao ano. Hoje, a alta já acumula cinco pontos percentuais, saindo de 2,75 em maio para 7,75 em outubro, porém, com expectativas de futuros aumentos (BACEN, 2021). Nesse sentido, o "mercado" espera que a taxa básica alcance os 11,25% em 2022⁵ como resposta à esperança de que a inflação seja de 4,96%. A consequência é que, além de frear a recuperação, as dívidas do governo ficarão mais caras. A discussão a respeito da eficácia e relevância de uma política monetária contracionista será feita mais adiante.

2.1 Cadeias globais e o preço dos alimentos

Quando falamos de inflação de alimentos, importante destacar, estamos falando da forma mais macabra de se corroer a renda das classes mais baixas, que precisam, para a infelicidade de alguns, continuar comendo. Desde o início da pandemia até setembro desse ano, a alta de preços dos alimentos foi de 21,39% e, no acumulado dos últimos 12 meses, dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que alguns alimentos subiram acima da taxa geral de inflação, como o arroz (aumento de 30%), o feijão carioca (17,3%), a carne vermelha (17%) e os ovos (15,8%). Esses aumentos têm um efeito corrosivo na renda, onerando principalmente os mais pobres, cuja parcela da renda gasta em alimentos é maior quando comparada aos mais ricos: segundo o Estudo sobre a Cadeia de Alimentos, feito pelo economista Walter Bali, as famílias que recebem até dois salários mínimos, gastam, em média, 26% da renda em alimentos. Já as famílias que recebem mais de 25 salários mínimos gastam com comida apenas 5% de sua renda total. A inflação não só resulta no aumento nominal dos preços, fazendo com que cada unidade de alimento custe mais hoje do que ontem, mas também com que o salário diminua, já que se mantém desatualizado em relação ao aumento geral de preços. Podemos então concluir que o aumento dos preços de itens indispensáveis que não representam gastos reais para a parcela mais rica da população, castiga exclusivamente os pobres. O aumento nos preços dos alimentos significa o aumento da desigualdade econômica. Dito isso, precisamos agora entender quais as causas desse aumento no mundo e analisar as particularidades do caso brasileiro.

⁵ Boletim Focus de 22 de novembro de 2021 elaborado pelo Banco Central do Brasil.

A inflação de alimentos já subia globalmente antes mesmo da pandemia. No início de 2019, uma epidemia de peste suína se espalhou pela China (a maior produtora de carne de porco do mundo), reduzindo sua produção suína em 30%. Essa redução súbita da oferta aumentou o preço não só da carne de porco, como da carne bovina e de aves, devido ao aumento da demanda causado pelo aumento de preços da carne de porco (bens substitutos). Assim, além das variações sazonais de cada região, essa alta global no preço das carnes e incertezas crescentes geradas pelo iminente impacto da nova crise na cadeia produtiva global explicam como o preço dos alimentos para o consumidor se tornou uma variável volátil e assustadora. No entanto, apesar de o aumento de preços de alimentos ser de fato global, a inflação de alimentos é pior no Brasil (mesmo sendo um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* agrícolas do mundo) quando comparada ao resto dos países desenvolvidos. Três fatores explicam o aumento de preço dos alimentos acima da média internacional: primeiro, a desvalorização cambial. Em 2020, o real foi a moeda que mais perdeu valor em relação ao dólar, isso faz com que a exportação de *commodities* aumente, o que diminui o abastecimento do mercado interno sem alterar a demanda, aumentando o preço. A questão do câmbio será analisada com maiores detalhes posteriormente nesse trabalho. Em segundo, a falta de chuva, que não só afetou o plantio e a colheita de diversas *commodities* agrícolas, como também encareceu a energia elétrica em todo o território nacional. E em terceiro, a redução de estoques reguladores. Os estoques reguladores, uma ferramenta estratégica da soberania alimentar nacional, sofreram na última década uma redução de 96% na média anual (analisando os seis grãos mais exportados em dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento), fazendo com que chegássemos em 2021 com os estoques públicos praticamente zerados e um presidente afirmando que não regulará os preços pois “é livre mercado”, deixando o preço dos alimentos à mercê das desvalorizações cambiais, crises climáticas e falas presidenciais.

A terrível combinação de crise econômica e aumento da inflação de alimentos trouxe a fome novamente à realidade brasileira. Nos últimos dois anos, segundo o levantamento mais recente da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2021) o número de pessoas passando fome no Brasil praticamente dobrou, chegando a 19,1 milhões (9% da população brasileira), e 55% da população se encontra em situação de insegurança alimentar (quando o indivíduo não tem acesso pleno aos alimentos). Esses números assombrosos têm como agente de continuidade a falta de planejamento governamental. Se, como dito no início,

a inflação de alimentos é um castigo exclusivo às classes mais baixas da população, quando um governo não interfere, deixando de facilitar o acesso dos mais pobres aos bens necessários à sobrevivência (muitas vezes se escondendo por trás de certas teorias convenientemente estabelecidas), esse governo alia-se com a fome e com a morte. O caso do Brasil é um caso extraordinário, no qual uma confluência de fatores fez com que chegássemos na situação atual. Discutiremos, na parte final desse trabalho, possíveis caminhos a serem seguidos para que voltemos a crescer, tanto anatômica quanto economicamente.

2.2 Crise hídrica e energia elétrica

As mudanças climáticas causadas pelo impacto dos humanos no planeta vêm se tornando cada vez mais frequentes e imprevisíveis. Situações como escassez de chuvas, calor ou frio intensos fora de época e desastres naturais fazem hoje parte da rotina climática global como nunca antes fora registrado. No Brasil, um país internacionalmente conhecido por seus recursos naturais, as consequências já são evidentes: nas últimas duas décadas, experienciamos três grandes crises hídricas cujos problemas vão além dos racionamentos e apagões, já que 61% de toda a energia consumida no Brasil é proveniente de hidroelétricas, usinas que usam a força gerada pelas correntezas dos rios e corpos d'água para gerar energia. Ou seja, no caso brasileiro, toda crise hídrica é acompanhada de uma crise energética, exatamente o que está acontecendo atualmente.

Desde meados de 2020, os baixos índices pluviométricos registrados (não só durante a fase de estiagem) fizeram com que o nível de água dos reservatórios ficasse constantemente abaixo do estimado para o período. Nessas situações, busca-se suprir a demanda com outras fontes energéticas, majoritariamente termoelétricas, que geram energia através da queima de carvão, gás natural e combustíveis fósseis. O problema com essa forma de obtenção de energia é que, além de ser um processo consideravelmente mais danoso ao meio ambiente quando comparado às hidroelétricas, é também um processo mais caro, gerando um aumento do preço energético em grande parte do país. Essa alta de preços é particularmente perversa, pois se propaga ao longo de todo o sistema econômico, aumentando de forma geral os custos de produção e contaminando todos os setores produtivos. Assim, esse encadeamento de eventos funciona como um efeito dominó: inicia-se com a falta de chuvas e finaliza em uma

inflação generalizada de preços que impõe sérias dificuldades para o crescimento econômico do país. Portanto, é de extrema relevância que se reflita sobre em que momento e de que forma, nessa cadeia trágica de eventos, a interferência estatal deve ser feita para que se mitigue ao máximo os danos. É essa reflexão que faremos agora.

O primeiro elo da cadeia de eventos é a falta de chuvas. Devemos, antes de tudo, compreender que períodos de seca são naturais. Nos trópicos, a chuva se distribui de forma sazonal, intercalando meses secos com meses de alto nível pluvial. Além disso, o processo de aquecimento e resfriamento do Oceano Pacífico influencia na quantidade de chuva de uma década inteira. O problema, no entanto, é que, recentemente, os períodos de seca estão se tornando cada vez mais intensos, duradouros e frequentes, desencadeando os problemas descritos acima. Esse desequilíbrio ocorre globalmente, como consequência do impacto negativo do “desenvolvimento” humano, e no Brasil não é diferente. Uma das principais causas geradoras da seca foi o aumento recorde do desmatamento e das queimadas nos biomas brasileiros que ocorreu nos últimos anos, como afirma o relatório feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) publicado em agosto desse ano. Essas formas de dano ambiental diminuem drasticamente a vegetação, responsável por manter a umidade do ar elevada através da evapotranspiração, assim, com essa diminuição da umidade, menos chuvas se formam na região. Por esse motivo é que se faz necessária a existência de políticas eficazes contra o desmatamento, o aumento da fiscalização, a aplicação eficiente de multas e uma resposta rápida para conter as queimadas, muitas vezes intencionais, que destroem a fauna e a flora de forma catastrófica. Outra medida importante seria impor um uso mais consciente e limitado da água utilizada pelo agronegócio, já que esse setor sozinho representa, segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), 70% do gasto de água no país, além de investir em ciência e tecnologia buscando introduzir novos métodos mais eficientes de irrigação e reutilização, desperdiçando menos. Ou seja, precisamos que o governo atual faça o oposto do que fez até agora na gestão do meio ambiente, da ciência e tecnologia e da agricultura.

Além da questão natural, há a questão estrutural. O governo deve se esforçar para que uma crise hídrica deixe de representar, necessariamente, uma crise energética. Isso só é possível através de uma maior diversificação da matriz energética nacional. Precisamos depender menos de hidrelétricas, investindo mais em fontes limpas e renováveis de energia, que cada vez mais se mostram importantes, caso queiramos continuar habitando esse planeta. Dentre essas fontes, destacam-se a energia eólica e a

energia solar, ambas formas extremamente eficientes de gerar energia, sendo o Brasil um lugar privilegiado se comparado ao resto do mundo, com uma razão de dias de sol por ano muito superior à média internacional e correntes de vento vindas do oceano para o continente que criam áreas perfeitas para a construção de aerogeradores.

Com uma diminuição da intensidade das secas e uma estrutura energética mais bem preparada para momentos de baixos índices pluviiais, o impacto de possíveis crises hídricas no país, quando se refere à inflação, seria ínfimo. O elo da corrente de eventos seria rompido. Assim, através de ações governamentais planejadas, um problema recorrente na economia do país seria solucionado. Como sabemos, no entanto, ações planejadas não são comuns nesse governo, por isso, as chances de crises causadas por falta de chuva continuarem gerando pressões inflacionárias na economia nacional por décadas vindouras são elevadas. Até porque a solução seria, como toda verdadeira solução, a longo prazo, longo prazo esse que parece não existir no debate público e na mente dos formuladores de políticas públicas. A discussão sobre como lidamos com o meio ambiente e de que forma devemos pensar o desenvolvimento já deixou faz tempo de ser um debate para o futuro, estamos atrasados e muito nas ações para evitar danos ambientais irreversíveis, se esquecendo que a gestão responsável dos limitados recursos naturais é necessária para a manutenção da nossa existência. Olhando pelo lado positivo, talvez daqui algumas décadas essa inflação de preços não seja um problema tão sério, já que mortos tendem a consumir muito menos, deslocando a demanda agregada e criando outro ponto de equilíbrio no novo cruzamento de curvas: o mercado se autorregula e a eficiência há de prevalecer.

2.3 Política de preços da Petrobras

Uma categoria de relevante importância na cesta do IPCA é a dos combustíveis para veículos. Para o mês de outubro de 2021, seu peso no índice geral foi de 0,0735, ou seja, 7,35%. Além disso, o preço dos combustíveis afeta diretamente toda a cadeia produtiva brasileira, que é baseada em um sistema altamente dependente do modelo rodoviário. Por conseguinte, bruscas alterações nos seus preços afetam a economia de maneira generalizada, ou seja, desde o consumo intermediário até o consumo final, todos acabam por sentir as consequências da não previsibilidade dos termos relativos de troca desses produtos.

Após as ações anticorrupção iniciadas a partir da Operação Lava-Jato, que culminaram no afastamento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, a Petrobras perdeu prestígio na sociedade brasileira e se tornou vítima do capital financeiro, ávido por riqueza antiga. Ou seja, segundo Gabrielli (2021), isso significou que, a partir da implementação de medidas de cunho liberalizante, a empresa monopolista na exploração e importação de petróleo e gás no Brasil, passou a adotar uma política de preços que faz com que essa, em última análise, perca parcelas do mercado ao renunciar as suas vantagens competitivas. Adicionalmente, a Petrobras passou a se desfazer de ativos importantes, como algumas refinarias e a totalidade do seu braço de distribuição, a favor de uma política econômica que crê que o abastecimento de petróleo nacional pode ser suprido por meio da difusão do sistema de mercado concorrencial nesse setor - com forte dependência do mercado externo.

A partir de um breve resgate histórico a respeito dos preços do petróleo no século passado, como o feito por Gabrielli e Leão (2020), rapidamente infere-se que se trata de uma mercadoria que transcende a pura troca. Isto é, por reiterados momentos no passado, estados nacionais interferiram no mercado de gás e petróleo por assimilarem o grau de importância para o desenvolvimento econômico que, em última análise, conduz à própria questão da autonomia de um povo soberano.⁶ Entretanto, esse não parece ser o entendimento dos condutores da política econômica brasileira que interpretam o Consenso de Washington⁷ como uma bula. São, contudo, incapazes de perceber, que o remédio foi reprovado na fase de testes e os experimentos não passam de arranjos

⁶ A força desse argumento pode levar alguns a colocarem-no na categoria dos sensacionalismos. Entretanto, alguns fatos históricos acabam por desfazer esse tipo de leitura. Caso se observe a movimentação geopolítica no século XX dos Estados Unidos da América, claramente se delimita que guerras foram conduzidas no sentido de garantir o abastecimento de petróleo para o seu mercado interno (ver Gabrielli, J.; Leão, R. A mudança estrutural da precificação do petróleo (1970-1991): da força da Opep ao domínio dos mercados consumidores e das finanças). Outro exemplo recente, e que intercepta o tema aqui discutido, foi a ação do presidente Joe Biden de aumentar a oferta de petróleo por meio de venda das reservas estratégicas americanas objetivando diminuir os preços internacionalmente (ver <https://www.cnnbrasil.com.br/business/presidente-dos-eua-anuncia-liberacao-de-reservas-de-petroleo/>). Por fim, vide a importância do estabelecimento da Petrobrás no Brasil.

⁷ O referido consenso foi uma cartilha elaborada com premissas que deveriam ser seguidas pelos países em desenvolvimento para que ajustassem os desequilíbrios macroeconômicos. Para mais informações: https://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington

macabros, a maneira do que foi observado em um escândalo recente no país na área da saúde - entretanto, a experiência econômica parece deixar um rastro de consequências piores (infelizmente acobertadas pelo fetiche da mercadoria).

A nova cara da gestão da Petrobras, se reflete diretamente na economia do país. Conforme exposto, os combustíveis são um dos principais vetores de aceleração da inflação nos últimos meses. Isso porque, a partir da falta de capacidade da empresa estatal em refinar o petróleo necessário para abastecer o mercado interno, fica obrigada a importar o que antes era produzido em solo nacional. Outro fator acelerador desse cenário é a política de formação de preços da companhia que leva em consideração os custos internacionais e pareia o preço final ao que é cobrado no mercado externo. Contudo, dada a característica dos investimentos feitos no pré-sal, a companhia tem um custo muito menor para chegar ao produto final. Mesmo assim, a partir da nova política de preços da empresa, ficou estabelecido que se seguiria o mercado externo, de maneira que os consumidores internos têm de arcar com a flutuação dos preços (GABRIELLI, 2020).

Apesar de injusta com a população brasileira, a medida tem rendido frutos à companhia. A partir da lógica curto-prazista, que prefere que a Petrobras foque apenas na extração e deixe de lado o investimento em refinarias, os lucros da companhia vêm aumentando significativamente. Como mostram Pinto e Costa (2021), a companhia conseguiu resultados impressionantes, por exemplo, se observamos que o "lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos (sem considerar a venda de ativos e os *impairments*) no 3T21⁸ foi de R\$ 48,4 bilhões, 3,0% menor do que o trimestre anterior e 173% acima do registrado no mesmo período em 2020". Além disso, pretende distribuir R\$ 63 bilhões de remuneração antecipada aos seus acionistas. Entretanto, essa estratégia é pautada na desalavancagem da empresa e na venda de ativos (PINTO E COSTA, 2021). A figura abaixo demonstra a comparação do ROE (lucro líquido dos últimos 12 meses sobre patrimônio líquido) entre a Petrobras e outras petroleiras durante os últimos períodos, caracterizados por uma recuperação após forte queda em 2020. Observe-se que mesmo comparada a Petrochina, que dispõe de qualidades monopolísticas comparáveis à brasileira, a Petrobras foi capaz de extrair muito mais valor (GABRIELLI, 2021).

⁸ Termo referente ao terceiro trimestre de 2021.

Tabela 1: Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Algumas petrolíferas, 2021

Empresas	Dezembro 2020	Março 2021	Junho 2021	Setembro 2021
BR	-24,20	-12,60	10,10	8,30
CHEVRON	-4,20	-5,80	2,70	
EXXON	-22,40	-19,10	-13,30	
PETROCHINA	2,50	5,50	8,90	7,50
SHELL	-13,60	-3,50	-3,00	
MÉDIA	-11,00	-5,70	3,80	7,20
PETROBRAS	2,00	17,90	28,50	36,20

Fonte: Pinto *apud* Gabrielli, 2021

Considerando o exposto, fica claro que a estratégia recente adotada pela Petrobras visa apenas extrair o maior valor possível da empresa antes que essa perca a sua capacidade dinâmica. Visto que passamos por uma transição energética, o papel da estatal deveria ser o de conduzir o país nesse processo, contudo, sem deixar de se valer de sua posição estratégica enquanto produtora de uma das matérias primas mais importantes para a indústria em geral. Finalmente, demonstra-se que a política de preços adotada serve a interesses específicos de agentes privados e deixa de servir aos propósitos mais abrangentes de uma companhia estatal que compreendem uma visão de planejamento mais longa.

A política de preços da Petrobras (Política de Paridade de Importação) permite a empresa exercer o seu poder de mercado por meio da prática de preços monopolistas nas refinarias, buscando maximizar os lucros (margens de lucro e rentabilidade sobre o patrimônio líquido) para os seus acionistas, em detrimento dos consumidores que passaram a pagar mais caro pelos derivados.

Com a adoção do PPI, a Petrobras deixou de funcionar como um instrumento da política energética do Estado brasileiro – que deveria ter como objetivos garantir, ao mesmo tempo, a segurança de abastecimento, o crescimento econômico e o acesso energético aos mais vulneráveis – para se tornar uma empresa que está estritamente voltada para a sua acumulação interna de capital. (PINTO, 2021)

Nesse sentido, depreende-se de como as **decisões políticas** adotadas são grandes responsáveis pela aceleração do nível de preço dos combustíveis. Alguns não de argumentar que a empresa cumpre o seu papel ao maximizar os lucros, porém, conforme bem expresso acima, esse não é o único papel de uma companhia pública. Antes de tudo a Petrobras deve servir, a exemplo do que fazem outras nações, e como sempre durante

a nossa história, ao contexto de dinamização econômica, de proteção ao mercado interno e segurança energética.

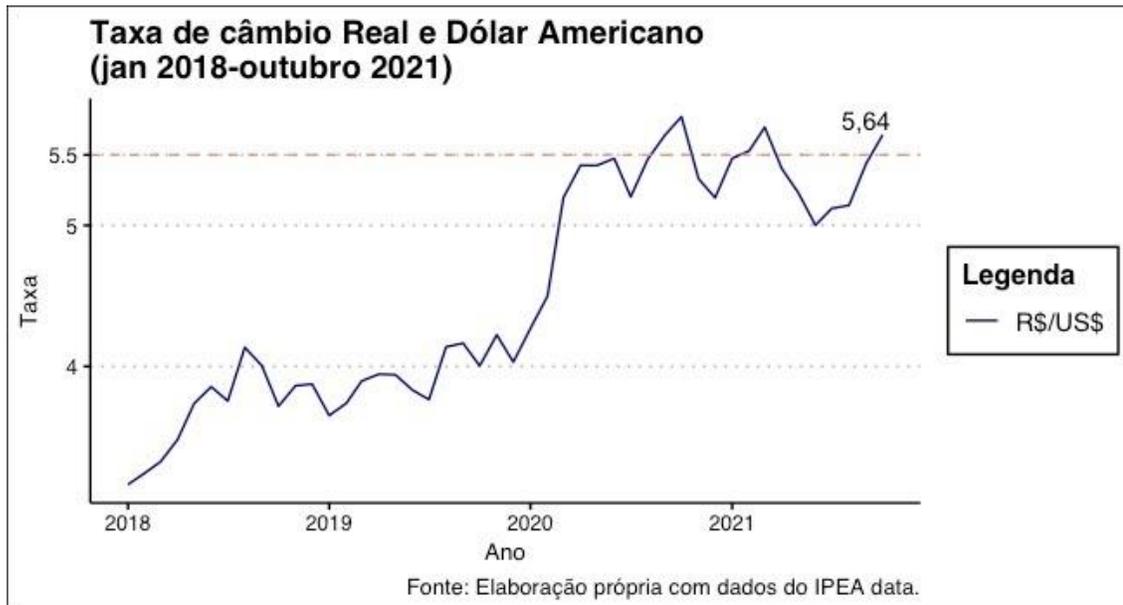
Compete ainda ressaltar que, o choque no nível de preços do petróleo parece ser passageiro. Ao que tudo indica que, a partir da intervenção dos EUA colocando barris a venda de sua reserva estratégica, o preço do petróleo Brent já cedeu. Além disso, o plano estratégico da Petrobras 2022-2026 toma como premissa que os preços entrarão em queda saindo de US\$72/barril em 2022 para US\$55/barril em 2026. Nesse sentido, parece que os preços dos combustíveis tendem a reduzir e consequentemente aliviar a pressão inflacionária, a verificar-se.

2.4 Câmbio

Segundo o relatório da UNCTAD (2021), a moeda brasileira é uma das que mais sofreu variação negativa durante os piores momentos da pandemia de Covid-19. De janeiro de 2020 a julho de 2020 o real desvalorizou-se 23,1% ante o dólar. Esse valor ficou em -17,7% para o rand sul africano, -16,7% para o rublo russo e -14,7% para a lira turca. Para o mesmo período de 2021, enquanto o real valorizou-se apenas 0,2% ante o dólar, o rand sul africano valorizou-se 16,8%, a moeda russa 1,7%, e a lira turca continuou em processo de desvalorização, -17,5%.

A partir da figura abaixo, uma breve análise sobre a evolução da taxa de câmbio para o período de janeiro de 2018 a outubro de 2021 pode ser conjecturada. Conforme se observa, já no primeiro ano de mandato do novo governo se inicia a desvalorização da moeda brasileira. Para o início da série, o dólar correspondia a 3,16 reais e apenas oito meses depois já atingia a marca de 4 reais, patamar em que se manteve até o início da pandemia. Em janeiro de 2020 saímos de 4,27 para alcançarmos 5,64 ao final do período em análise. Conforme o relatório Focus (BACEN,2021) já citado, as expectativas de mercado apontam para a manutenção da moeda americana no patamar de 5,50 reais para um dólar.

Figura 4: Taxa de câmbio



Como se depreende, os capitais migraram para os ativos mais seguros dada a crise sanitária, entretanto, alguns países não se mostraram capazes de reverter essa tendência. Os motivos podem ser os mais variados, mas cabe destacar que, para o caso brasileiro, mesmo com o aumento das taxas de juros e o preço das *commodities* subindo, a incerteza política dada a desconfiança do mercado quanto à política fiscal do governo e a aproximação das eleições não permitiram que o câmbio se valorizasse.

O câmbio desvalorizado não é um problema em si, entretanto, a sua trajetória constante de alta atua como acelerador do preço dos outros itens mencionados anteriormente nesse texto. Ao que tudo indica, o Brasil vem perdendo a capacidade de atrair capital estrangeiro, de maneira que, ao modo que estão desenhados os nossos fundamentos macroeconômicos, fica difícil para a autoridade monetária conferir estabilidade ao câmbio em tempos tão incertos. Além da taxa de câmbio acabar sempre refletindo o diferencial de juros, o regime de câmbio flutuante impede o Banco Central de agir mais incisivamente.

3. Política monetária

A escalada inflacionária provocou o uso de medidas contracionistas por parte da autoridade monetária brasileira. Conforme exposto anteriormente, o país saiu de uma taxa básica de juros anuais de cerca de 3% para quase 8%, onde certamente não

estacionará. Dada a recém adquirida independência do órgão, as expectativas não poderiam ser frustradas, afinal, a macroeconomia convencional já sistematizou as relações de causa e efeito dessas variáveis de maneira que a atuação do Banco Central parece ser chancelada devido ao seu caráter puramente técnico. Contudo, nos propomos a encarar o tópico que se dedica a analisar a verdadeira eficácia da utilização da política monetária a maneira como vem sendo feita para esse caso específico. Partimos do pressuposto, conforme exposto nas seções anteriores, de que a aceleração inflacionária brasileira é, em grande medida, provocada por alterações em outras variáveis que não são ligadas a um ciclo de negócios pujante. Nesse sentido, pretende-se elaborar uma breve elucidação teórica que permita-nos analisar o caso brasileiro.

Segundo a teoria macroeconômica mais difundida apresentada pelo conhecido manual de macroeconomia escrito por Blanchard e Johnson (2013), apesar das divergências teóricas existentes desde a elaboração de Phillips, Samuelson e Sollow, passando por Friedman e Phelps até a teoria proposta por Lucas, a taxa de inflação está sempre associada às escolhas que os agentes fazem ao decidirem os salários. A estreita ligação está presente no fato de que a curva de oferta agregada é tida como sensível justamente aos preços esperados e às dinâmicas relativas à taxa de desemprego, ao *mark up* das firmas e outras variáveis atinentes às instituições trabalhistas. Nesse sentido, as acelerações ou desacelerações inflacionárias estariam sempre conectadas às expectativas dos agentes com relação ao nível de preços da economia e de sua tendência de estacionar no que ficou definido como a taxa natural de desemprego. Nesse ponto, a economia tenderia a ter a sua inflação constante porque os agentes não teriam motivos para reajustar a sua participação na distribuição de renda.

Contudo, a irrestrita transposição dessa teoria para o atual caso de elevada aceleração do nível de preços da economia brasileira pode ser extremamente danosa ao trabalhador. Isso porque, a elevação das taxas de juros a fim de que se controle a escalada inflacionária é uma assumpção direta de que estamos abaixo do nível natural de desemprego da economia e, portanto, conforme há a percepção dos agentes de que os preços devem se readequar, é, dentro dessa lógica, natural que as taxas de juros subam devido à mudança do estoque de moeda da economia. Entretanto, pode-se tomar como dada essa premissa? Ou seja, é possível que 12,6% de desemprego seja a taxa natural brasileira? É possível que aceitemos que existem 13,5 milhões de brasileiros que procuram emprego e não conseguem e, pior ainda, 5,1 milhões de brasileiros que desistiram de procurar emprego? Ou seja, não se pode afirmar que há um processo de

aceleração inflacionária porque as expectativas de inflação estão desreguladas com a verdadeira inflação. Ainda, não se pode, em momento algum, afirmar que há um elevado poder de barganha por parte dos trabalhadores brasileiros com a atual taxa de desemprego.

Geralmente a resposta para esse tipo de indagação é a de que "*devido às legislações trabalhistas, a burocracia brasileira, e a inexistência de um mercado perfeito no Brasil é que se tem esse desemprego no país*". Isto é, segundo teoria apresentada por Blanchard e Johnson (2013), que há uma elevada concentração de mercado no Brasil que permite que as empresas possam extrair uma maior margem de lucro ou que há uma excessiva proteção ao trabalhador e, portanto, esse tem um maior poder de barganha ao decidir por entrar ou não no mercado de trabalho, contudo, só pode haver apenas uma dessas afirmações corretas. Isso porque, a segunda nada mais pode ser do que uma tremenda ilusão em relação à triste realidade que assola o país. Desde 2016 reformas trabalhistas, previdenciárias e outras de caráter desregulador vêm sendo aplicadas e, já há 6 anos, não surtem o menor efeito na taxa de desemprego brasileira que está estável no atual patamar. Contudo, o que se revela na análise feita nos tópicos anteriores é que a inflação está estreitamente atrelada ao aumento dos preços que teoricamente poderiam ser administrados na economia brasileira. Isto é (e aqui é quando começa a ter algum sentido a aceleração inflacionária por esse método) a atual situação só está dada porque o poder de mercado exercido pelas companhias monopolistas (energia elétrica e petróleo) é capaz de se alastrar por toda a economia. Nesse sentido, tem-se uma aberração que nasce justamente da implementação das políticas liberalizantes que vêm tomando força desde que a política econômica mudou de rumo. Isso significa que, para que a teoria faça sentido, só é possível que uma elevada aceleração da inflação seja fruto do elemento representado pelo *mark up* na função de oferta agregada. Dessa forma, a política de preços da Petrobras e a elevação das taxas de energia elétrica⁹ são as

⁹ O termo *mark up* pode não ser o mais adequado para a situação do setor elétrico brasileiro. Apesar de existente o poder de mercado desse setor, a atual crise não é fruto diretamente do aumento indiscriminado desse preço como causa de uma falha de mercado. Conforme já discutido, trata-se de elevação dos preços por parte do governo a fim de se introduzir um racionamento via preços. Nesse contexto, sabe-se que o racionamento está intimamente conectado com a falta de planejamento – e a destruição do Estado – nesse setor.

medidas liberalizantes que vêm sistematicamente retirando da capacidade do estado brasileiro o controle sobre preços sensíveis para a economia como um todo. Nesse sentido, a adoção de medidas desse tipo é feita sem atender aos próprios preceitos liberais de estabelecimento de mercados competitivos. Isso porque, ao deixar de exercer o controle sobre os preços da economia nesses setores, o Estado instala a lógica de mercado em setores oligopolizados e dessa forma termina por ser um dos principais responsáveis pela atual inflação acelerada.

Portanto, a solução por meio da política monetária se mostrará eficaz na medida em que asfixia o crescimento monetário do país. Não obstante, faz sentido indagar a respeito de se esse é realmente o remédio correto dada a situação. Com toda a certeza, essa medida, além de aumentar o montante dispendido pelo Estado em dívidas, aumentará o desemprego em uma nação que há muito sofre com a situação e terminará por conter a alta dos preços. Entretanto, as possíveis alternativas são duas: a aceleração do processo de liberalização dos mercados mencionados permitindo que se instale a lógica concorrencial conforme os conceitos microeconômicos - o que na verdade pode não passar de um mero conto de fadas no estado atual do desenvolvimento do capitalismo - ou, voltar às políticas anteriores que gerenciavam esses bens dentro do mercado brasileiro de forma a garantir uma estabilidade do nível de preços, além de propiciar um cenário mais amigável aos investimentos devido à previsibilidade advinda dessa situação.

Agora, se ao abandonarmos esse tipo de análise e voltarmos-nos ao estudo do que representa a configuração da divisão internacional do trabalho e, portanto, ao Brasil ser um país periférico que vem, ano após ano, sofrendo um processo de reprimarização, pode-se entender melhor os contornos da situação. Um exercício comparativo pode facilmente demonstrar que o cenário inflacionário brasileiro é essencialmente diferente dos países que enfrentam apenas os espasmos de uma oferta que se recupera após uma crise generalizada. Conforme o relatório da UNCTAD (2021), a inflação na união europeia é na verdade a recuperação de um padrão inflacionário anterior à crise de 2008. Além disso, para o caso dos Estados Unidos, a aceleração inflacionária parece ter se descolado de sua tendência, contudo a visão ampliada do fenômeno aponta para a impossibilidade de se entrar em uma espiral de preços porque o conflito distributivo nos Estados Unidos encontra-se em tal situação que há ainda um grande espaço para o aumento dos salários sem que isso necessariamente reflita nas margens de lucro das companhias. No Brasil a situação toma outra perspectiva porque temos um mercado de

trabalho destruído, uma capacidade industrial arrasada e a economia certamente não se encontra em pleno emprego, portanto, uma intervenção por meio de política monetária não pode ser o caminho correto a se tomar.

Ainda, compete elucidar que a análise realizada anteriormente pelo viés convencional, entretanto, não explicita as relações de poder e, portanto, de economia política presentes nesse debate. Conforme essa dinâmica se reconfigura no país, pode-se dizer que há o engendramento de uma forma de acumulação via capital financeiro viabilizada pela condução da política econômica. Mais explicitamente, pode-se dizer que, a partir das políticas adotadas se instaura uma forma de extração de valor em que, a partir da destruição das capacidades estatais de geração de riqueza e planejamento, principalmente no que tange aos preços do petróleo e energia elétrica, conforme já dito, as empresas que detém o monopólio passam a agir simplesmente sob a lógica de acumulação de capital. Há de se explicitar aqui que muitas dessas empresas estão listadas na bolsa de valores de maneira que só há uma direção para onde o fluxo de renda pode correr: aos participantes do mercado de capitais. Ou seja, há uma lógica de fagocitose das riquezas estatais por parte dos capitais que buscam o lucro de curto prazo.

Ainda, compete elucidar a situação atinente ao preço dos alimentos internamente. Dado que esses preços sofreram uma alteração que é em parte consequência da variação cambial, sua dinâmica acaba por não ser explicada pelas teorias expostas. Isso porque, sabendo-se que os países que contam com a conversibilidade da moeda e a estrutura produtiva diversificada acabam não apresentando variações dos preços internos em grau comparável com os países periféricos quando perturbados por essas variações, os modelos acabam por não levar em consideração a variável taxa de câmbio em sua análise. Além de ser uma clara demonstração da anomalia que é a simples transposição de teorias estrangeiras, o fato ainda merece ser esclarecido. Do nosso ponto de vista, como maneira essencial de proteção às camadas mais pobres da população, torna-se imprescindível a manutenção de estoques reguladores a fim de que itens tão básicos à sobrevivência estejam disponíveis ao povo brasileiro.

4. Conclusão

Conforme analisado, parece haver uma confusão no debate público no que tange a utilização da constrição de oferta monetária a fim de se conter um processo de aceleração inflacionária. Claramente um aumento da taxa de juros básica da economia termina por conter o aumento no nível de preços na medida em que diminui o estoque de moeda na economia. Contudo, deixará como consequência um processo recessivo em uma nação que já há anos não cresce.

Em sua obra magistral, Polanyi (2000) explica como que as pulsões liberalizantes do sistema capitalista sempre hão de ser contidas, ou pelo menos atenuadas, por instituições que visam proteger a coesão social. Esse argumento pode nos servir porque pretendemos explicar como que o atual processo de aceleração inflacionária é fruto da destruição dos mecanismos estatais que outrora tínhamos e acabaram vitimizados pelos últimos governos liberais. Em *A Grande Transformação*, Polanyi (2000) explica que o processo inflacionário é necessário para a sobrevivência do sistema porque a deflação é um fenômeno arrasador para as economias capitalistas. O autor escrevia a respeito do sistema ouro que coordenou as trocas internacionais nos séculos anteriores e percebeu que foram criados mecanismos sociais que eram responsáveis por atenuar os processos de deflação (comuns no sistema ouro) dentro dos espaços econômicos organizados a fim de proteger a economia e a sociabilidade em última análise.

Nesse sentido, para o caso atual brasileiro podemos claramente entender a ofensiva liberal sobre as formas sociais anteriores, mas, para o caso, devido às novas formas de capital dinheiro, e, principalmente, a sua atual configuração geopolítica, os processos inflacionários podem entrar nessa categoria de força perturbadora da sociabilidade. Isso porque devido a posição de fragilidade internacional, os países periféricos devem sempre obter divisas internacionais fortes a fim de garantir o abastecimento interno. Além disso, devido a não conversibilidade da moeda, estes mesmos países acabam por terem a sua capacidade de endividamento tolhida, isto é, a fácil mobilidade de capitais logo favorece a fuga no instante em que um país pobre decide utilizar a capacidade estatal de mobilização da economia. Nesse sentido, pode-se ver como que, a partir de movimentos políticos na direção do livre mercado e da desregulamentação da movimentação de capitais que promoveu uma desestruturação estatal em pontos estabilizadores da nossa economia, um processo de estagflação foi deflagrado. A má gestão dos recursos hídricos, a desestruturação da capacidade da Petrobras de atender a demanda interna e a não utilização correta dos estoques reguladores de alimentos no Brasil são justamente essa institucionalidade que conferia algum conforto no que tange a estabilidade dos preços.

Não são exaustivamente, é claro, porque a resiliência a flutuação dos preços está conectada também com a diversificação econômica. Entretanto, pode-se ensejar concluir que o processo que vivemos hoje é fruto da política do governo. Não da política fiscal, mas sim da pulsão liberalizante que tomou o país destruindo suas formas de defesa estabelecidas há muitos anos.

Portanto, concluímos que na verdade o que se apresenta no caso brasileiro são as consequências diretas das decisões de políticas econômicas que se mostraram equivocadas. Isso porque propositalmente foi alienado da máquina pública a sua capacidade de intervenção e organização econômica de forma que toda a organização produtiva acaba por ser prejudicada devido a não previsibilidade dos preços. Compete, portanto, aos gestores políticos recuperarem a visão e o papel estratégico do Estado a fim de que se retome o crescimento econômico de maneira a se produzir um ambiente dinâmico e diversificado no que tange à capacidade produtiva do país de modo que situações como essas não se repitam.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Focus - Relatório de Mercado**. Relatório de Mercado – 19/11/2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/19112021>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BELIK, WALTER. **Estudo sobre a Cadeia de Alimentos**. Disponível em: https://www.ibirapitanga.org.br/wpcontent/uploads/2020/10/EstudoCadeiaAlimentos_f_13.10.2020.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

BLANCHARD, O.; JOHNSON, D. **Macroeconomics**. EUA: Pearson, 2013.

BOSQUEROLLI et al. **Brasil e o mundo diante da covid-19 e da crise econômica**. Curitiba: PET Economia UFPR, 2020. Disponível em: <https://peteconomiaufpr.files.wordpress.com/2021/05/a0a69-brasil-e-o-mundo-diante-da-covid-19-e-da-crise-economica-3.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Portal da Transparência da Gestão dos Estoques Públicos**. Disponível em: http://sisdep.conab.gov.br/transparencia_internet/ Acesso em: 24 nov. de 2021.

GABRIELLI, J. **Preços dos combustíveis: controvérsias, acionistas e políticas**. Inep. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ineep.org.br/precos-dos-combustiveis-controversias-acionistas-e-politicas/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GABRIELLI, J.; LEÃO, R. A mudança estrutural da precificação do petróleo (1970-1991): da força da Opep ao domínio dos mercados consumidores e das finanças. **Texto para Discussão/Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 18, ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc>. Acesso em: 25 nov. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (Ipea). **Ipea Data**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ITAÚ UNIBANCO. **Cenário macro – Brasil**. 18 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.italu.com.br/content/dam/ibba/analises-economicas/pdfs/revisao-de-cenario-brasil/CenarioMacro_BRASIL_Nov21.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

PETROBRAS. **Planejamento Estratégico 2022-2026**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/6d98b296-503c-53cc-1f9e-153a904e8066?origin=2>. Acesso em: 28 nov. 2021.

PINTO, E. **Eduardo Costa Pinto analisa os lucros da Petrobras via PPI**. O cafezinho. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2021/11/04/eduardo-costa-pinto-analisa-os-lucros-da-petrobras-via-ppi/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

PINTO, E.; COSTA, R. **Aumento nos preços dos combustíveis e impairments garantiram lucro da Petrobras e recorde histórico de distribuição de lucros para os acionistas**. Inep, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ineep.org.br/aumento-nos-precos-dos-combustiveis-e-impairments-garantiram-lucro-da-petrobras-e-recorde-historico-de-distribuicao-de-lucros-para-os-acionistas/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/#manifestu>. Acesso em: 23 nov. 2021.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Trade and Development Report 2021: From recovery to resilience: the development dimension**. Organização das Nações Unidas. Geneva, 2021. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/trade-and-development-report-2021>. Acesso em: 25 nov. 2021.

A manutenção da hegemonia americana

Leandra Sackser

Maria da Conceição Tavares publicou, em 1985, o artigo chamado A Retomada da Hegemonia Americana e, em 1997, o revisitou e republicou com o nome A Reafirmação da Hegemonia Americana, dentro da obra de nome *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*, que junto com José Luis Fiori, Maria da Conceição Tavares foi organizadora.

Na década de 80, Os Estados Unidos da América haviam acabado de sair de uma crise de sua hegemonia que, nos dias de hoje, parece inimaginável e, ainda nos anos 90, se mostrava a necessária reafirmação da diplomacia do dólar e da diplomacia das armas.

Desde a primeira publicação deste artigo, em 1985, a China tem seu PIB sempre em um crescimento constante. Tal crescimento constante mostra que os Estados Unidos da América podem ter seu PIB superado pelo da República Popular da China até 2028, segundo Guide to China, estudo periódico do banco norte-americano J.P. Morgan. Trazendo assim a necessidade de estudos sobre a abrangência e poder da hegemonia americana presente ao redor de todo o globo desde o século XX.

O artigo A Reafirmação da Hegemonia Americana é dividido em quatro partes: Introdução; A Diplomacia do Dólar; Assimetria no Crescimento Internacional e Política da Globalização e Conclusão: Precariedades e Contradições da Hegemonia Retomada, ordenadamente. Na Introdução, Tavares começa sua discussão falando que pós crises na década de 70 os Estados Unidos da América iniciaram movimentos de reafirmação da hegemonia. O segundo capítulo, A Diplomacia do Dólar, se inicia com uma periodização de eventos ocorridos com relação à moeda americana dividida em três partes, 1979 a 1985, 1985 a 1989 e 1989 a 1996, segue com uma contextualização da transição do dólar monetário ao dólar financeiro e finaliza com alguns tópicos para análise prospectiva. No terceiro capítulo, Assimetria no Crescimento Internacional e Política da Globalização, Tavares discorre sobre a assimetria do crescimento mundial em três planos, geográfico, social e dos agregados macroeconômicos relevantes. Finalmente, no quarto capítulo, Conclusão: Precariedades e Contradições da Hegemonia Retomada, se concentra em um momento futuro, agora já parte do presente.

Tavares inicia a Introdução discorrendo sobre a hegemonia em dois planos, a diplomacia do dólar no plano geoeconômico e a diplomacia das armas no plano

geopolítico. Traz-se a globalização financeira, estreitamente ligada à diplomacia do dólar; a aparição do Japão como potência - o que hoje já não se mostra um perigo tão grande para a hegemonia estadunidense; a integração do espaço europeu – que atualmente parece estar se quebrando, a partir da saída do Reino Unido da União Europeia; a transnacionalização do espaço econômico nacional norte americano, que conduziu à transnacionalização da Ásia e uma crescente - ainda, e cada vez mais, crescente nos dias de hoje - submissão à Nova Ordem Global dos países periféricos fora da Ásia.

No plano geopolítico, no pós Guerra Fria, houve um desmonte da "velha ordem bipolar" e criou-se uma "tendência a uma hierarquização do poder político internacional centralizado na potência hegemônica" que limitaria a eficácia dos Estados Nacionais. O plano de hegemonia estadunidense se mantém até hoje e, se mostrando atuante em várias esferas, tentou, frustradamente, interferir nos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim. O questionamento de onde a China se encaixaria nesse plano de hegemonia estadunidense se mantém até hoje, seria a China uma outra hegemonia?

Na periodização feita no segundo capítulo, "A Diplomacia do Dólar", é importante destacar, nos anos de 1979 a 1985, políticas de violenta valorização do dólar, dobramento da dívida externa do Terceiro Mundo e a conversão da dívida interna americana, que passou a servir de lastro aos mercados monetário e financeiro, em dívida externa. Já no período de 1985 a 1989 é importante destacar que houve uma desvalorização do dólar forçada por política do FED (Federal Reserve System, o Banco Central Estadunidense), liberalização induzida nos principais mercados financeiros internacionais - "o aumento explosivo dos fluxos financeiros internacionais não mais guarda uma proporcionalidade com as necessidades da economia mundial". No último período listado, 1989 a 1996, se destacam a desestruturação do eixo socialista, "fim da coordenação pactuada (formal) das políticas macroeconômicas entre os países do G-7", sucessivas bolhas especulativas e crises bancárias - que continuaram mesmo após esse período - e, ao mencionar a Ásia, Tavares fala sobre "milagres" de crescimento, a China continental se tornou a maior atração de capitais financeiros da Ásia.

Na segunda parte desse segundo capítulo, "Do Dólar Monetário ao Dólar Financeiro: A Nova Fase da Hegemonia Americana", falando sobre a nova fase da hegemonia americana, Maria da Conceição Tavares diz que:

"Nesses mercados, a denominação em dólar nas operações plurimonetárias cumpre três funções primordiais para o capital internacional: prove liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual presente e futura".

O dólar cumpre o papel mais importante da moeda financeira, segurança e arbitragem. O dólar é naturalmente uma moeda financeira de origem pública capaz de cumprir o papel de securitização, sob o comando da política monetária e cambial do FED.

Já na terceira parte desse capítulo, nomeada “Tópicos para uma análise prospectiva da Diplomacia do Dólar”, Tavares se refere ao euro, discorrendo sobre dúvidas acerca de sua capacidade de superar o dólar e ao iene, falando que este não se pode impor sobre o dólar nem mesmo na Ásia. Se menciona o ranking dos vinte maiores bancos, que na época do escrito eram majoritariamente japoneses e estadunidenses, hoje os quatro primeiros bancos nesse ranking são chineses - Banco Industrial e Comercial da China, China Construction Bank, Banco Agrícola da China e Bank of China Ltd., respectivamente.

O terceiro capítulo do artigo, “Assimetria no Crescimento Internacional e a Política da Globalização”, inicia-se com a discussão de que o crescimento mundial é assimétrico hoje em três planos: geográfico - dinamismo entre EUA e China; social e dos agregados macroeconômicos relevantes - guerra comercial devido à aspiração de exportações. Essa assimetria deriva de três momentos: concorrencial, destruição e deslocalização muito rápidas das atividades produtivas; concentrador, marcado pelo regime de acumulação vigente; e o momento centralizador, chamado “ditadura do capital financeiro”.

Um importantíssimo fato destacado no texto é sobre o crescimento econômico e a globalização, que “frequentemente se menciona a globalização como sendo um fator central. Confunde-se, porém, a transnacionalização produtiva que vem ocorrendo há mais de cem anos no mundo”. Se afirma no texto que as políticas de globalização têm três desdobramentos importantes: transnacionalização do próprio espaço econômico norte-americano; a transnacionalização da Ásia; e a submissão ou liquidação das economias periféricas endividadas depois da crise das dívidas externas de 1980 a 1982.

Para a “Conclusão: Precariedades e Contradições da Hegemonia Retomada” é importante ressaltar que, à época de implementação do euro na União Europeia, já se imaginava que o euro não representaria, e ainda não representa, em qualquer hipótese um desafio à supremacia internacional da moeda americana.

Tavares sugere que “o breve século XX ainda não terminou”, devido à evolução dos países periféricos para uma “nova dependência”. A “nova ordem” não permite um desenvolvimento harmônico. É o que se mantém até os dias de hoje, talvez até em uma escala maior de desigualdade da apresentada em 1997. A inaceitabilidade das alternativas para a dominação consentida da hegemonia se mostra como uma imposição

- devido ao endurecimento de sua estratégia de dominação - de uma única alternativa, o dólar, os Estados Unidos da América.

"Em outras palavras, ao deixar de exercer uma coordenação hegemônica (e, portanto, consentida) que tirasse proveito dos contenciosos e desconfianças históricas da região, em prol da adoção de políticas impositivas e unilaterais, os EUA deixam aberto, ao menos em princípio, um espaço político que possibilita a entabulamento de entendimentos regionais autônomos."

Ao finalizar o artigo, Maria da Conceição Tavares diz que:

"[...] esta liderança pode estar mudando de qualidade vem do fato de que, treze anos depois de anunciada no artigo aqui revisitado, a retomada da hegemonia americana finalmente emerge por entre o lodaçal do discurso oficial na cena diplomática".

A hegemonia realmente mudou de qualidade, mais de vinte anos se passaram após estes ditos treze, a hegemonia segue forte - mesmo que abalada pelo grande conflito com a China - e o poder do dólar segue sendo inquestionável por qualquer moeda mundial - questionado nem mesmo pelo yuan.

Referências

TAVARES, Maria da Conceição. **A reafirmação da Hegemonia Americana**. In: A TAVARES, Maria da Conceição (org.); FIORI, José Luis (org.). Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana**. Brazilian Journal of Political Economy, [S. l.], v. 5, n. 2, 1985. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/1839>.

Acesso em: 11 dec. 2021.

FIORI, José Luis. **Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yRVB8XfmhvgmkMQq7Tvgvsy/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2021.

LIN, Agnes et al. 4Q 2021. **Guide to China**. J. P. Morgan Chase & Co., outubro 2021. Disponível em: [https://am.jpmorgan.com/content/dam/jpm-am-aem/global/en/insights/market insights/guide-to-china.pdf](https://am.jpmorgan.com/content/dam/jpm-am-aem/global/en/insights/market%20insights/guide-to-china.pdf). Acesso em: 11 dez. 2021

FELIBA, David; AHMAD, Renan. **The world's 100 largest banks, 2021**. Disponível em: <https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/research/the-worlds-100-largest-banks-2021>. Acesso em: 11 dec. 2021.

“Estado X Mercado”: uma dicotomia inexistente

Ricardo Antonio Lopes Bolonhini

1. Introdução

Mazzucato, professora de Economia da Inovação no Departamento de pesquisa em Ciência Política da Universidade de Sussex, no livro “O estado empreendedor”, explora o papel do Estado como agente importante na formação econômica do conhecimento e como expoente da inovação. A obra é uma versão ampliada de um relatório originalmente produzido para a instituição inglesa DEMOS, com o objetivo de convencer o governo britânico a não diminuir sua atuação por meio da redução de programas e sinalizar as medidas a serem tomadas para garantir uma recuperação pós-crise.

O trabalho da autora busca desmistificar algumas ideias da visão predominante neoclássica, que defende uma mínima intervenção do Estado para que o “espírito inovador” e empreendedor da iniciativa privada possa atuar livremente, delegando ao estado uma posição mais marginalizada, de proteção dos bens privados e de intervenção nas falhas de mercado.

Na obra, Mazzucato defende que o papel do Estado deve ser muito maior, sendo essencial para promover o desenvolvimento político e econômico nacional. Para corroborar com suas ideias, o livro é composto de inúmeros exemplos, envolvendo principalmente o contexto nacional norte-americano para desenvolver sua análise e demonstrar como a atuação do setor público é importantíssima para o desenvolvimento e difusão de inovações.

Além da conclusão, a obra é dividida em nove capítulos, ao longo dos quais a autora advoga a favor do Estado na condução da economia e contra a ilusão do setor privado na condução da inovação e do desenvolvimento. Assim, os três primeiros capítulos apresentam ponderações gerais sobre a relação entre o setor público e o privado. Seu resultado para a tecnologia e as implicações da atuação governamental na criação e avanços chave no mercado de tecnologias essenciais, principalmente no setor de biotecnologia e farmacêutica; nos capítulos 4 e 5, Mazzucato realiza uma análise empírica, centrada nos Estados Unidos, sobre o papel do setor público na criação e inovação do mercado tecnológico, apresentando algumas agências nacionais de

desenvolvimento e discute sobre como os investimentos estatais no setor de tecnologia foram essenciais para o sucesso da Apple e do iPhone; nos capítulos 6 e 7, a autora explica o papel de liderança que o Estado deve apresentar para que o mercado caminhe em direção às tecnologias verdes ilustrado no desenvolvimento dos setores de tecnologia solar e eólica; nos dois últimos capítulos, direciona o debate à questão dos riscos e benefícios concedidos pelo Estado, com enfoque na socialização dos riscos e privatização dos ganhos.

O principal objetivo do livro é consolidar uma teoria da atuação do Estado na formação e consolidação de mercados, desfazendo a visão de um setor público burocrático e ineficiente que contrapõe um setor privado dinâmico e inovador. Sua intenção é demonstrar a falsidade desse argumento, trazendo exemplos que mostram o Estado na origem dos investimentos mais audaciosos em tecnologias e outras inovações.

2. O estado empreendedor

No capítulo 1, “Da ideologia da crise à divisão do trabalho inovador”, Mazzucato apresenta o Estado como um agente inovador e empreendedor, desconstruindo a dicotomia existente no senso comum de “setor público x setor privado” e a ideologia neoclássica de que a crise econômica decorra de um setor público inchado. O Estado seria, segundo a autora, um agente capaz de realizar os investimentos mais arriscados, os quais a iniciativa privada não se arriscaria a fazer. Seu objetivo declarado é expor os elementos formadores de mercado e o papel condutor do Estado nesse processo, com um dirigismo estatal direcionado e visionário. Assim, seu propósito não é combater Estado com mercado, mas demonstrar a possibilidade de construção de parcerias simbióticas, em que os setores públicos e privados se beneficiam mutuamente, em contraste com parcerias parasitárias, em que o setor privado se apropria das inovações propiciadas pelo Estado e se recusa a contribuir, constituindo um ambiente de socialização dos riscos e privatização dos benefícios.

O capítulo 2, “Tecnologia, inovação e crescimento”, examina a maneira como alguns economistas entendem o papel do Estado na inovação e na criação de novos mercados para o crescimento econômico e busca desmistificar a dicotomia “Estado x mercado”, principalmente a partir de uma visão schumpeteriana. Mazzucato inicia argumentando que a oposição entre mercado e Estado na realidade é inexistente, pois foi o setor público que propiciou o ambiente necessário para uma economia baseada nas

trocas mercantis: “o caminho para o livre mercado foi aberto e mantido por um gigantesco aumento do intervencionismo contínuo, centralmente organizado e controlado” (Polanyi, 2001 [1944], p. 144, citado por Mazzucato, pg. 66). Depois, ela busca examinar qual o papel específico do Estado no mercado. Para isso, a autora parte de uma análise keynesiana, em que devido à constante instabilidade do capitalismo, os mercados devem ser constantemente regulados, mantendo um estímulo à demanda por meio de gastos governamentais. Já os schumpeterianos argumentam quanto a importância de o governo gastar também nas áreas específicas que aumentam a capacidade de inovação, contribuindo na formação de novos mercados e no desenvolvimento de tecnologias. A autora aponta para uma “falta de conexão entre as despesas fiscais keynesianas e os investimentos em inovação schumpeterianos” (pg. 68), apontado para a necessidade de se alinhar as perspectivas de Keynes e Schumpeter, para evitar que o Estado atue apenas na correção de falhas.

No terceiro capítulo, “O Estado arrojado: da ‘redução de risco’ ao ‘manda ver!’, argumenta que o Estado atua na liderança do processo de criação de novos mercados, e não apenas como a tese tradicional acredita, intervindo somente nas “falhas de mercado” e em questões administrativas. Para a autora, o que não é compreendido pela maioria é o fato de o financiamento público geralmente fazer muito mais do que apenas atacar as falhas de mercado. Por ser o agente que se dispõe a se inserir no mundo da incerteza, sendo o financiador de tecnologias e inovações em seus estados iniciais, o Estado pode de fato criar novos mercados. Para Mazzucato, o “Estado tem sido muito mais arrojado, assumindo o risco com coragem e visão – e não apenas eliminando o risco para que alguém mais fique com o retorno” (pg. 108). Com isso, a partir de exemplos de setores como biotecnologia e farmácia, demonstra como o Estado foi pioneiro em algumas tecnologias inovadoras com alto grau de incerteza a partir de investimentos de longo prazo e grande escala, que recebeu aportes do setor privado apenas após maturação da área.

O quarto capítulo, “O Estado empreendedor dos Estados Unidos”, discute a história recente da política industrial norte-americana, e afirma que apesar da impressão generalizada de uma economia livre de Estado, na realidade, foi o Estado estadunidense que desenvolveu o papel de empreendedor de risco e inovou em diversas áreas. Mazzucato apresenta 4 exemplos por meio dos quais o setor público lidera o desenvolvimento econômico nos EUA: Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (DARPA), Programa de Pesquisa para a Inovação em Pequenas Empresas

(SBIR), Orphan Drug Act (1993) e National Nanotechnology Initiative (NNI). Essas quatro iniciativas buscam incentivar a inovação do setor privado e demonstram que o Estado é proativo e não se limita a um mero solucionador das falhas de mercado e “o que se descobre é que, além de ser uma sociedade empreendedora, um lugar onde é culturalmente natural criar e expandir um negócio, os Estados Unidos são também um lugar onde o Estado desempenha um papel empreendedor, fazendo investimentos em áreas radicalmente novas” (pg. 130).

No quinto capítulo, “O Estado por trás do iPhone”, Mazzucato busca debater o papel do Estado na evolução e sucesso da Apple. Pode parecer estranho, mas “a Apple concentra seu talento não no desenvolvimento de novas tecnologias e componentes, mas em sua integração em uma arquitetura inovadora” (p. 133). Ou seja, a empresa não é responsável por muitas das inovações das quais lançou mão para alcançar o sucesso, mas apenas foi sagaz o suficiente para reconhecer as tecnologias emergentes que possuíam potencial e integrá-las em único produto. As inovações das quais a Apple tanto se beneficiou, na realidade foram financiadas por recursos públicos (como telas LCD, semicondutores, GPS e até mesmo a Internet), muitos deles visando a segurança nacional na época da Guerra Fria. A empresa, além disso, desfruta de contratos públicos e de apoios tributários do governo. Assim, percebe-se que sem os maciços investimentos públicos por trás das revoluções da informática e da Internet, a Apple teria criado apenas mais um brinquedo, e não produtos revolucionários que mudaram a maneira como as pessoas se comunicam (pg. 152).

No sexto capítulo, “Empurrão vs. empurrãozinho para a revolução industrial verde”, a autora analisa como a revolução verde transformará a infraestrutura a partir da matriz energética, alterando muitos setores da economia e criando outros. Mazzucato argumenta que o protagonismo do Estado é primordial para sermos capazes de trilhar um caminho de desenvolvimento econômico ambientalmente mais sustentável, pois como essa transição na matriz energética implica em grandes custos fixos, o setor privado seria incapaz de realizá-la sozinho. Ela parte de alguns exemplos nacionais, como a China e os EUA para corroborar com seus argumentos, apontando como o sistema público desses países é fundamental para o desenvolvimento e o financiamento de matrizes energéticas que garantam maior sustentabilidade ambiental. Posteriormente, cita o caso brasileiro, em que o BNDES aprovou projetos de financiamento para energia limpa, como eólica e solar fotovoltaica.

“Energia eólica e solar: histórias de sucesso do governo em crise”, sétimo capítulo, Mazzucato discute o papel do governo nos casos de desenvolvimento de energia limpa, principalmente eólica e solar, em países como Dinamarca, Alemanha, China e EUA. Partindo de alguns pressupostos discutidos no capítulo seis, como o pioneirismo e a liderança do Estado no desenvolvimento de tecnologias limpas, a autora afirma que se não fossem pelos compromissos assumidos por esses governos, o setor de energia limpa desses países não seria tão desenvolvido como o são hoje. Nesse sentido, foi o financiamento do estado que deu o impulso inicial, o financiamento de alto risco e o ambiente institucional que poderiam implantar essas tecnologias essenciais à uma matriz energética mais verde.

Em “Riscos e recompensas: das maçãs podres aos ecossistemas simbióticos”, oitavo capítulo, a autora desenvolve a ideia de que apesar dos riscos serem assumidos em uma espécie de esforço coletivo, as recompensas são frutos individuais, e o único retorno que o Estado recebe pelos investimentos de risco é indireto, por meio do aumento da receita fiscal. Contudo, “dada a existência de diferentes brechas fiscais (...), os impostos se revelam um caminho difícil para o Estado conseguir o retorno de seus investimentos em inovação” (pg. 277). Assim, apesar da importante participação do Estado para a criação de novos mercados e seu pioneirismo em inovação, o setor público não pode existir apenas para prestar serviços ao setor privado. O que deve existir é um ambiente de inovação eficaz, que promova uma relação mutuamente benéfica entre os dois setores da economia, evitando que investimentos públicos “se transformem em entrada para negócios, enriquecendo indivíduos, mas oferecendo pequeno retorno para a economia ou o para o Estado” (pg. 37).

O nono capítulo, “Socialização do risco e privatização das recompensas: o Estado empreendedor também pode ter sua fatia do bolo?”, a autora expande os conceitos de risco coletivo e recompensa privada, argumentando que é evidente a necessidade de uma distribuição mais coletiva dos lucros e rendimentos dos investimentos, dado que “a presença da inovação é resultado de um processo coletivo, cumulativo, incerto e de longo prazo” (pg. 306). O que se nota é que apesar do papel de liderança desempenhado pelo Estado no sistema de inovação, não há uma difusão ampla desses benefícios: “na área farmacêutica, enquanto o Estado assume as pesquisas mais arriscadas, as multinacionais do setor embolsam os maiores lucros”, afirma Mazzucato. Enquanto as tecnologias limpas, como a energia solar e eólica, estão lutando para penetrar nas matrizes energéticas mundiais, executivos e acionistas estão colhendo milhões de

dólares em retornos cobertos em parte pelo Estado” (Hopkins e Lazonick, 2012; citado por Mazzucato, M. pg. 303). Assim, a ideia de um Estado empreendedor parte do pressuposto de que para incentivar o desenvolvimento, não apenas “inteligente”, mas também “inclusivo”, é preciso haver um entendimento dos agentes que assumem os riscos necessários para que a inovação ocorra, já que o equilíbrio entre risco e recompensa pode reforçar e incentivar o processo de inovação.

3. Conclusão

O Livro de Mazzucato traz elementos importantes acerca da importância da presença e interferência do setor público, e contrapõe um Estado inovador e pioneiro em novos mercados contra o Estado do senso comum- inchado, ineficiente e burocrático. Desde as tecnologias inovadoras da Apple até a indústria farmacêutica e as energias limpas, a autora demonstra como o setor público possui papel visionário e direcionador na economia, provando que a intervenção estatal apenas nas “falhas de mercado” não é suficiente, limitando a atuação de um agente com grande potencial.

“O Estado empreendedor” apesar de ser um livro de 2014, ainda é muito atual e encontra imediata aplicabilidade. No contexto do Brasil, por exemplo, em que questões sobre austeridade fiscal e privatizações são realidade e mostram um Estado encurralado e marginalizado, impossibilitado de assumir a liderança na criação de novos mercados e de guiar a sociedade rumo à inovação, as ideias e perspectivas apresentadas por Mazzucato são primordiais para defender sua existência e atuação.

Referências

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

Os impactos da desigualdade na educação dos jovens brasileiros

Laura Eduarda de Conto

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Segundo um relatório da PNUD (Programa das Nações Unidas) que mede a qualidade dos países, o Brasil está na 8ª posição entre os países mais desiguais do planeta, dados referentes ao ano de 2019, e essa desigualdade não está longe das salas de aula. A escola é uma das poucas instituições onde a população pode ter acesso de forma gratuita e, mesmo assim, há muitas pessoas que não possuem esse acesso, ou se o tem, é de maneira precária. Neste artigo abordaremos a relação da qualidade do ensino baseado na renda, como esses fatores estão relacionados e como esse meio ajuda a acentuar essas desigualdades, contando com a legitimação do Estado. Utilizamos como base o texto “Educação, Pobreza e Desigualdade Social: A escola e o direito à educação” de Simony Rafaeli Quirino, Renata Peres Barbosa e Gabriela Schneider.

É no contexto do ambiente escolar que podemos perceber com mais clareza os primeiros resultados práticos da desigualdade para com a vida dos estudantes mais carentes. As famílias de baixa renda têm menos opções e oportunidades, muitas vezes não tem nem condições de mandar um filho à escola. Já as famílias com mais recursos financeiros, podem optar por uma escola melhor e de mais qualidade. A tendência é que essa disparidade de renda se agrave e afete esses indivíduos a cada ano que passa, em que as crianças mais vulneráveis têm ainda menos oportunidades e as mais abastadas podem usufruir de um ensino ainda melhor.

Segundo dados da Fundação Abrinq, em 2019, 47,8% das crianças brasileiras entre 0 e 14 anos vivem em situação de pobreza, isso representa quase metade das crianças do nosso país vivendo em situações precárias. Desde quando começa a frequentar as escolas municipais, a criança de baixa renda já enfrenta dificuldades, seja nos seus meios de locomoção até a instituição de ensino ou mesmo na escassez de recursos para compra de seu próprio material escolar e uniforme. Em muitos dos casos, as crianças frequentam a escola como uma maneira de escapar da fome, considerando que essas não têm o que comer em casa e no colégio lhes é oferecida uma refeição (merenda). São

situações mais extremas, mas que não deixam de ser uma realidade em muitas regiões do nosso país.

Conforme essas crianças crescem, essas dificuldades aumentam. A escola acaba se tornando um ambiente hostil e não trata da inclusão dessas crianças mais desfavorecidas. Elas não se sentem representadas, e a escola, que deveria ser um ambiente de acolhimento para essas pessoas, acaba por não reproduzir isso. Enquanto as classes mais altas da sociedade podem matricular seus filhos em escolas particulares, junto a outros de sua camada social, as famílias de menor renda dependem das escolas públicas, onde, conforme a região, também estudam alunos de classe média/ média-alta, o que pode demonstrar com mais afinco essa disparidade e estranhamento entre os próprios alunos.

No ensino médio, agora nos colégios estaduais, acabam surgindo outras adversidades, como a evasão escolar desses alunos. Essa evasão ocorre por diversos motivos, mas os principais se dão pela gravidez na adolescência, baixo rendimento acadêmico e reprovações e pela necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família ou para ter condições de vida melhores. O fato de muitos jovens entrarem no mercado de trabalho sem concluir o ensino médio é um dos reflexos que podemos observar dessa desigualdade e da maneira que ela vem se sustentando por tanto tempo. Fazendo uma breve contextualização, no momento em que o jovem deixa de frequentar a escola para buscar um emprego, geralmente se trata de algo com baixa remuneração que não demande muitas habilidades ou um excelente currículo e isso acaba se perpetuando pela vida daquela pessoa, considerando que bons empregos, em geral, requisitam uma boa escolaridade e conhecimento.

É um grande círculo vicioso que em muitos casos passa de geração a geração. Pessoas ricas, geralmente já nascem ricas e assim permanecem. Pessoas pobres, nascem pobres e dessa forma continuam, às vezes com uma pequena melhora de condições, mas nada muito representativo. É como citam Wilkinson e Pickett (2009) “quanto maior for a desigualdade social em um país, menor será a mobilidade social”. São raros os casos que quebram esse círculo, e assim as desigualdades permanecem na nossa sociedade, pois nem mesmo os órgãos que seriam responsáveis em diminuir esses índices, atuam efetivamente sobre o assunto.

É verdade que o Estado oferece alguns programas de assistência como o que se tinha no Bolsa Família, agora extinto, mas que realmente ajudava essas famílias mais vulneráveis a terem condições mais dignas de vida. O novo programa de renda do governo, intitulado Auxílio Brasil, o qual vem substituir o Bolsa Família, também busca

representar esse caráter social, mas de uma maneira menos eficiente. Mas ele (o Estado) não age na raiz do problema para reduzir a grande desigualdade presente em nosso país que, como já vimos, tem seus rumos decisivos a partir do ambiente escolar. Tanto os estados quanto os municípios, não têm uma posição muito ativa na busca da resolução desses impasses e, não raras vezes, atuam de forma legitimadora perante o assunto. É obrigação do Estado fornecer e repassar recursos para os estados e municípios distribuírem entre a sua população, é um dever desses órgãos oferecer condições básicas de saúde, segurança, moradia e, principalmente, de educação. Mas não basta ser uma educação medíocre, o ensino precisa ser de qualidade, é isso que vai definir os rumos do país através das próximas gerações.

O Estado exime sua responsabilidade sobre isso, usando de um discurso meritocrático, típico da nossa sociedade capitalista de livre mercado. Falar de meritocracia num país como o Brasil é algo problemático. Como já vimos, as pessoas do nosso país não possuem as mesmas oportunidades e uma parcela minoritária da população possui grandes privilégios; não à toa, o Brasil apresenta altos índices de desigualdade - em 2020, 49,6% de toda renda do país estava concentrada em 1% da população mais rica, número que cresceu durante a pandemia do novo coronavírus (CNN Brasil, 2021). Falar de meritocracia em um país tão desigual como o Brasil, é o mesmo que assumir a total falta de preocupação com a parcela dos brasileiros que vivem em uma situação de pobreza e miséria.

Uma grande dificuldade que contribui para falta de resoluções nessa questão da desigualdade no ensino, está no currículo escolar. Esse currículo não está preparado e aberto para debates acerca desses assuntos. Os estudantes de baixa renda não se sentem representados, sua história não é devidamente contada e foi descrita por essa classe dominante e por (muitas) vezes opressora. As origens escravocratas do Brasil e as consequências desses tantos anos de escravidão, estão presentes até os dias de hoje na nossa sociedade. Entretanto, esses jovens não reconhecem a sua situação de classe como um produto histórico que veio desde esse período. Não reconhecem um Brasil marcado pela exploração e escravidão, e, portanto, não reconhecem as raízes dessa desigualdade, que existe e persiste desde os primeiros anos do Brasil Colônia.

Uma mudança no currículo escolar seria essencial para diminuirmos esse preconceito e, a longo prazo, a própria desigualdade. A possibilidade de debater sobre esse tema e realmente compreendê-lo, sem dúvidas, ajudaria os jovens a entenderem essas relações de dominação, falta de oportunidades e a criar uma consciência de classe.

Assim, estes poderiam lutar por condições mais justas e equitativas. Não é possível combater determinada problemática se a mesma é desconhecida por seus propulsores.

A pandemia da Covid-19 trouxe à tona outros dilemas decorrentes dessa desigualdade velada. A necessidade do acesso remoto para participação das aulas acabou expondo essas condições. Segundo um relatório da Unicef, no ano passado cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram qualquer acesso ao ensino. A razão para isso pode se dar pelas próprias dificuldades de inclusão no ensino remoto, considerando que o custo de um aparelho portátil ou mesmo um computador, acabou por pesar no orçamento dessas famílias mais financeiramente vulneráveis (6 minutos UOL, 2021). O próprio valor desses aparelhos se acentuou durante esse período pandêmico, graças às altas demandas e escassez de materiais para sua produção, sem mencionarmos a questão do acesso à internet, que para muitos brasileiros ainda é inviável, seja por questões financeiras ou de distribuição.

O que se pôde observar no meio escolar durante esse momento tão atípico, foi a queda brutal da qualidade do ensino em geral, principalmente no ensino público e a exclusão ainda mais notável dos jovens que não possuem acesso à essa inusual modalidade de ensino. Com a “contenção” dos casos de coronavírus em 2021, já vemos o retorno gradual nas redes de ensino em muitas regiões do Brasil, e com isso mais casos de evasão escolar devido aos impactos desse ensino remoto na vida dos estudantes puderam ser observados (Correio Braziliense, 2021).

Abordamos até o momento as diversas dificuldades que os alunos enfrentam durante toda sua fase escolar, passando pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, até as próprias adversidades que foram enfrentadas durante a pandemia. Todo esse período já tem por si só seus desafios, sejam intelectuais, sociais ou financeiros, e para o jovem de baixa renda, eles podem significar o dobro da dificuldade. Como vimos, muitos desistem no caminho, pelos mais variados motivos, e outros, com grande dificuldade, concluem esse colegial. Grande parte desses jovens não pensa em continuar sua vida acadêmica e iniciar um curso superior, por exemplo. Mas existe certa parcela que deseja e sonha em ingressar numa faculdade e ter mais oportunidades de carreira. Nesse ponto encaramos mais adversidades. A concorrência para vagas em uma universidade pública é altíssima e o nível de preparação das pessoas que nela concorrem, não fica para trás.

Considerando esses fatores, na prática, o aluno que acaba de sair do ensino médio, o qual passou por todos esses impasses anteriormente mencionados, tende agora a “competir” por uma vaga com o aluno de cursinho, que passou seus anos de colegial frequentando boas escolas, que nunca precisou trabalhar por necessidades financeiras

e tem, geralmente, uma família que o sustente. Claro que ainda podem contar com a questão das cotas, mas essas possuem seus próprios problemas, mas que não nos cabe colocar aqui e agora. Em suma, a porcentagem de jovens de baixa renda nas universidades públicas é incrivelmente inferior à dos jovens com maiores disposições financeiras (ACidadeON, 2019). É mais fácil que esses jovens mais desprovidos entrem para uma universidade privada, mesmo que pagando uma mensalidade; outros tem a possibilidade de ganhar bolsas integrais/parciais ou até mesmo usufruir dos programas do governo como o PROUNI ou FIES, do que conquistarem uma vaga em uma federal, por exemplo. Isso revela uma situação crítica da nossa sociedade, que por muito serve para confirmar a tamanha desigualdade que já vínhamos mostrando durante esse texto.

A desigualdade no Brasil ainda afeta milhões de brasileiros e a educação é um caminho essencial para a superação dessa barreira. Rever as formas de como dar aula e o que efetivamente abordar nas instituições básicas e secundárias de ensino. Transformar a escola em um ambiente de inclusão, respeito e acolhimento, além de garantir uma boa qualidade de ensino. Formar cidadãos para o mundo, que conhecem suas origens e lutem por um país e mundo melhor e mais igual. Somente assim poderemos combater esse mal que ronda nossa sociedade há décadas; é com a educação que teremos chances de ter uma vida melhor e mais digna para todos, e não inflando discursos de violência, preconceito e comentários supérfluos de meritocracia. Os jovens são quem decidirão o futuro e os rumos que o Brasil tomará a partir das decisões que eles têm hoje, e assim será de geração em geração. Está na hora de romper esse círculo vicioso e dar às crianças e jovens do nosso país mais oportunidades de terem e construir um futuro melhor. A escola pública ainda pode ser uma referência de ensino no Brasil, como já foi há alguns anos, só lhe falta um governo que esteja preocupado e disposto a atingir isso. É como cita o grande educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, *“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”*.

Referências

QUIRINO Simony et al, **Educação, Pobreza e Desigualdade Social: A escola e o direito à educação**; Curitiba, 2019.

Wilkinson, R; Pickett, K. **O Nível: Por Que Uma Sociedade Mais Igualitária É Melhor Para Todos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

AMORIN F, MADEIRO C. **Brasil tem a 8ª pior desigualdade de renda e supera só países africanos**. Brasília: UOU, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/15/brasil-tem-a-8-pior-desigualdade-de-renda-e-supera-so-paises-africanos.htm>.

RIBEIRO, Bruna. **47,8% de crianças de 0 a 14 anos vivem em situação de pobreza no Brasil, aponta estudo**. Estadão, 2019. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/bruna-ribeiro/478-de-criancas-de-0-a-14-anos-vivem-em-situacao-de-pobreza-no-brasil-aponta-estudo/>

ELIAS, Juliana. **Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas**. São Paulo: CNN Brasil Business, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>

FOSTER, Paula. **Pandemia aumenta evasão escolar, diz relatório do Unicef**. São Paulo: CNN, 2021. Disponível em: [Pandemia aumenta evasão escolar, diz relatório do Unicef | CNN Brasil](#).

VIEIRA, Letícia. **Smartphones e notebooks acumulam alta de 30% nos preços – saiba o que está por trás desse aumento**. São Paulo: 6 Minutos UOL, 2021. Disponível em: <https://6minutos.uol.com.br/tecnologia/smartphones-e-notebooks-acumulam-alta-de-30-precos-continuarao-subindo/>

SOUZA, Talita. **Pandemia provoca abandono e retrocesso na educação, dizem estudos**. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/01/4902749-pandemia-provoca-abandono-e-retrocesso-na-educacao-dizem-estudos.html>

MARIA, Bárbara. **Apenas 36% dos alunos da rede pública ingressam na faculdade**. Agência Educa Mais Brasil | ACidadeON/Ribeirao, 2019. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1405779,apenas+36+dos+alunos+da+rede+publica+ingressam+na+faculdade.aspx>

O Governo Bolsonaro e o sucateamento da educação brasileira

Pedro Henrique da Costa Silva

O Brasil vem sofrendo progressivos cortes nas verbas educacionais desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O vice-presidente Michel Temer assumiu o país com um discurso contracionista para conter o suposto rombo no orçamento, trazendo diversas reformas e cortes de gastos em áreas estratégicas. Dentro desse contexto de contenção de gastos, em 2017 as universidades públicas sofrem com interrupções de obras, greves e até mesmo falta de insumos básicos como materiais de limpeza e higiene.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente da República selou o sucateamento da educação brasileira como um todo - do ensino básico ao superior. Eleito com o discurso de privilegiar a educação básica em detrimento da superior, mostrou uma prática completamente oposta, uma vez que houve cortes em programas voltados à construção de creches, alfabetização e ensino em tempo integral. O programa Proinfância recebeu até abril de 2019 apenas 13% do total executado no mesmo período do ano anterior, além dos programas Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) também terem seus investimentos cortados ou congelados.

Em março de 2019, poucos meses após assumir o país, o Governo Bolsonaro informou através do decreto Nº 9.741, o congelamento de 29,6 bilhões de reais de recursos da União - congelamento esse que afetou diretamente a área da educação e da ciência. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) teve bloqueio de 30% de suas verbas de custeio, o que equivale a 48 milhões de reais. A Universidade Federal do Rio de Janeiro informou a suspensão de 41% das verbas destinadas à manutenção, um total de 114 milhões de reais. Esses e outros cortes por todos os Estados levaram a falta de verba para o pagamento de contas de água e luz, cortes nas bolsas de permanência de alunos com baixa renda e o descumprimento de contratos com empresas terceirizadas. Na época, o ministro da Educação Abraham Weintraub justificou os cortes na Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade de Brasília (UnB) por motivos de “balbúrdia”, e alegou que as universidades que não

procurassem “melhorar seu desempenho acadêmico” teriam seus recursos cortados. A sua fala foi amplamente criticada e rebatida, uma vez que as três universidades afetadas tinham ótimo desempenho em todos os critérios de avaliação.

Em 2020, a pandemia da Covid-19 e o consequente distanciamento social resultaram numa economia por parte das universidades, uma vez que os gastos com água, luz, alimentação e outros fatores necessários para a vida acadêmica presencial não estavam sendo despendidos. O contexto pandêmico atenuou as dívidas e serviu como um respiro às universidades, sendo possível manter bolsas e salários de seus servidores em dia. Em 2021 a situação não foi diferente das dos anos anteriores. Os dados orçamentários divulgados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) mostraram um corte de 1 bilhão para todas as universidades do país, gerando um orçamento 18,16% menor que no ano passado. O corte afetou diretamente as despesas discricionárias - aquelas que o governo pode decidir como e quando gastar - afetando contas de água, luz, limpeza e manutenção da infraestrutura. Sendo assim, 30 universidades anunciaram que não conseguem se manter até dezembro, mesmo se os orçamentos que estão bloqueados fossem liberados - dentre elas as federais Fluminense (UFF), do ABC (UFABC), do Rio de Janeiro (UFRJ), Maranhão (UFMA), Bahia (UFBA), Pernambuco (UFPE) e Espírito Santo (UFES).

O futuro da pós-graduação e da ciência brasileira também está ameaçado com o contingenciamento financeiro. Os cortes afetam os bolsistas que precisam da verba para se dedicar exclusivamente às pesquisas, pois a maioria depende de muitos testes e trabalho para que se tornem eficazes e sirvam à população. Em setembro de 2019, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) anunciou um corte de 5.200 bolsas para que fosse possível manter as que estavam ativas - no total 11.800 foram cortadas - e através da Portaria 34, no ano passado, foi informado um corte de mais 35% na quantidade de bolsas de pós-graduação oferecidas pela fundação, reduzindo bolsas de pesquisa em todas universidades do país. Não bastasse essa turbulência, no dia 29 de novembro de 2021 houve pedido de renúncia em massa por parte de 52 funcionários da Capes, sendo eles da área de matemática e física. Além da pressão para implementar o ensino remoto, os renunciantes alegam não ter conseguido trabalhar mantendo um nível acadêmico e que a agência não tem atuado na defesa dos programas de pós-graduação. Conforme foi dito num documento publicado pelos ex-funcionários: "Gostaríamos de poder trabalhar com previsibilidade, respeito aos melhores

padrões acadêmicos, atenção às especificidades das áreas e, principalmente, um mínimo respaldo da agência. Tais condições não têm se verificado nos últimos meses".

O corte de R\$ 635 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação em outubro deste ano gerou protestos e paralisação por parte dos estudantes e cientistas. Não bastasse o desfalque financeiro, a ação é inconstitucional, pois vai contra a Lei Complementar 177/202, que prevê destinação dos recursos para "apoio a programas, projetos e atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação". A Justiça Federal suspendeu, em setembro, a avaliação de programas de pós-graduação pela Capes. O argumento da juíza federal Andréa de Araújo Peixoto foi de que "ao alterar os critérios de ranqueamento dos programas de mestrado e doutorado durante o quadriênio em curso e aplicá-los de forma retroativa, a Capes atenta contra o princípio da segurança jurídica porque surpreende as instituições de ensino superior com as novas regras sem permitir que elas tenham um prazo para se adaptar às mudanças". O argumento da juíza foi duramente criticado pela comunidade acadêmica, como mostra Ricardo Pimenta Bertolla, pró-reitor e adjunto de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp): "Os responsáveis pelos programas preencheram relatórios com uma grande quantidade de informações colhidas ao longo de quatro anos e a maioria se preparou, investiu e promoveu aperfeiçoamentos com expectativa de melhorar suas notas. O fluxo da avaliação é muito bem compreendido pelo sistema de pós-graduação. A suspensão desmerece todo esse esforço." Toda essa contestação deixa nebuloso o futuro da pós-graduação e ciência brasileira, uma vez que a distribuição de verbas e bolsas é baseada na avaliação da Capes.

É importante entender que o ataque às universidades por parte do governo é, antes de tudo, uma guerra cultural travada por sua cúpula e seus apoiadores, sendo o desmonte financeiro apenas parte desse projeto. Além disso, as universidades privadas se interessam fortemente pelo fim do ensino gratuito e de qualidade, pois dessa forma a educação particular ganha força face ao ensino público, apoiando e financiando candidatos que representem seus interesses no congresso. Nunca antes foi vista em toda a história brasileira uma oposição tão grande entre universidade e sociedade, onde uma parcela grande da população defende sua extinção a todo custo. Essa parte enxerga o ensino superior apenas como uma máquina de produzir ideólogos à esquerda, ignorando por completo a realidade e a sua importância para a nação - importância essa que ficou mais que evidente com a pandemia. Parte dessa culpa não pode ser retirada dos ombros das universidades, sendo visível que nos últimos tempos ocorreu um afastamento entre

o povo e as atividades e conhecimentos desenvolvidos em ambiente acadêmico, fazendo necessária uma revisão e estudos de estratégia para reaproximá-los o quanto antes.

Referências

Governo Bolsonaro corta recursos da educação básica. Rede Brasil Atual, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/16/governo-bolsonaro-corta-recursos-da-educacao-basica>

PUENTE, Beatriz. Universidades Federais terão corte de pelo menos R\$ 1 bilhão no orçamento. Rio de Janeiro: CNN, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/universidades-federais-terao-corte-de-pelo-menos-r-1-bilhao-no-orcamento/>

Verba para 2021 não é suficiente para 43% das universidades federais. Agência O Globo, 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-06-07/universidades-orcamento-corte.html>

JUCÁ, Beatriz. Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos. São Paulo: EL PAÍS, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html

Portaria da Capes corta bolsas de diversos programas de pós-graduação. Andes Sindicato Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/portaria-da-capes-corta-bolsas-de-diversos-programas-de-pos-graduacao1>

BERNADETE Letycia, Cientistas e estudantes protestam contra corte nas verbas da ciência. O Pharol, 2021. Disponível em: <https://jornalopharol.com.br/2021/10/cientistas-e-estudantes-protestam-contracorte-nas-verbas-da-ciencia/>

Em nova renúncia em massa na Educação, 52 profissionais da Capes se demitem; veja repercussão. São Paulo: Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/29/em-nova-renuncia-em-massa-na-educacao-52-profissionais-do-capes-se-demitem-veja-repercussao>

Perfil socioeconômico da comunidade LGBT: um estudo sobre o problema demográfico e social

Laura Carvalho Gomes dos Santos

1. Introdução

A população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais) e demais identidades de gênero e orientações sexuais do Brasil, encontra-se subnotificada. Isso diz sobre o acontecimento de um fenômeno sociocultural e político complexo que acontece por uma série de fatores. A dificuldade de se assumir e de se engajar politicamente como corpo e experiência fora das rígidas normas de gênero e sexualidade vigentes, o desprezo das esferas de gestão de políticas públicas para este seguimento da população brasileira, a naturalização e o estímulo às violências e violações de direitos destes sujeitos, e dentre outros fatores, contribuem para escassez de informações. Com isso, como não existem dados fidedignos e concretos, as políticas públicas específicas são relegadas ao esquecimento.

O censo demográfico de um grupo de minorias é consideravelmente importante para que o governo possa enxergar o perfil socioeconômico e então realizar políticas de auxílio, não só de caráter econômico, mas também, empregatício e social. Vale refletir a primeira análise de problema social corrente, suposto por Harvey (2005, p. 170), que sobrepõe a urbanização como um processo social, engendrando práticas espaciais com conteúdos de classe, de raça, de gênero, e sobretudo arranjos institucionais, sistemas legais e políticos e hierarquias de poder e dominação. Conforme a fragmentação das zonas urbanas se amplia, os indivíduos também ficam mais segregados, ao mesmo tempo em que o investimento em infraestrutura como transporte, faz esses espaços se comunicarem. É conveniente, então, pensarmos como o desenvolvimento geográfico desigual, produz a desatenção do poder público com as especificidades de algumas populações que se localizam em regiões mais afastadas dos centros urbanos.

O segundo obstáculo encontrado sobre o estudo dessa população é a ordem de gênero que explicita-se nas hierarquias submetidas às masculinidades e feminilidades, elaboradas em processos de subordinação e dominação geradores do sexismo, que por sua vez, supervaloriza o masculino em detrimento do feminino. Por consequência, as

relações de trabalho da população LGBT são afetadas devido à construção histórica de modelos enrijecidos de gênero e sexualidade.

Em terceiro e como foco deste estudo, o problema demográfico, a falta de um órgão oficial e responsável pela leitura dos dados manifestados dessa população, que por muitas vezes é exposta em cenários de violências e desproteções. Compreendemos, portanto, que é a responsabilidade do Estado em promover através de direitos e políticas sociais, aqui especificamente de trabalho, emprego e renda, acesso ao mercado de trabalho, garantia de emprego formal, redistribuição de renda, sem discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Nos assuntos a seguir, trago dados não oficiais do Instituto Brasileiro de diversidade sexual, cujo objetivo geral da Pesquisa Nacional do Perfil LGBT 2018, foi produzir, em âmbito nacional, dados demográficos, sociais e econômicos da população LGBT para subsidiar as ações e decisões das organizações da sociedade civil, de outras organizações e coletivos interessados, e do poder público, contribuindo assim, com a elaboração de políticas públicas em favor dos direitos desta população. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online preenchido voluntariamente pelas pessoas LGBT alcançadas pela divulgação da equipe de pesquisa, das organizações envolvidas e das organizações, coletivos, sites e veículos de comunicação parceiros de todas as regiões do Brasil.

2. Perfil socioeconômico de vulnerabilidade social

É inegável que a identidade de gênero e orientação sexual compõem as dimensões da vida social dos sujeitos, o que os torna marcadores sociais da diferença, que no contexto de violência e violações de direitos, são elevadas a desigualdades sociais. Sobre essas dimensões, é nítido que uma delas é a inserção na divisão socio-técnica do trabalho, a atividade laborativa e a possibilidade de geração de renda” (ALMEIDA; PILAR; GEBRATH, 2014, p. 191).

Aqui trazemos informações estatísticas importantes sobre a escolaridade e renda familiar, dados únicos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual, que podem dizer a respeito das condições socioeconômicas da população estudada, e ressaltando a possibilidade de existir inconsistência nos resultados.

Em relação ao nível de escolaridade na visão por identidade de gênero, temos: o nível entre mulheres cis, trans e travestis, e homens cis e trans é praticamente igual na média de 25 anos ou mais. O percentual que tinha pelo menos ensino superior completo entre elas foi de 72,8% e entre eles, 72,6%. No entanto, se dividirmos estas identidades entre grupos de pessoas cis e trans, há uma mudança considerável, 73,7% do grupo de homens cis e mulheres cis tinham pelo menos ensino superior completo, enquanto o percentual cai para 42,2% no grupo formado por homens trans, mulheres trans e travestis. Nas demais identidades trans somadas este percentual cai mais ainda, indo para 28,2%. O restante composto pelas opções “não sei”, “nenhuma”, “outra” e “prefiro não responder” somaram 52,5%. Já na visão por orientação sexual, também considerado a média de 25 anos ou mais, no geral as lésbicas tinham mais nível educacional que os gays: 73,7% delas tinham pelo menos ensino superior completo, enquanto entre os gays o percentual foi de 71,3%. Entre as pessoas bissexuais, que em números absolutos ultrapassam as lésbicas, o percentual foi de 67,7%. Na comparação com gays e bissexuais, as lésbicas tiveram os maiores percentuais até o nível de mestrado, no entanto, nos níveis mais altos de escolaridade os gays tiveram maiores percentuais que as lésbicas. Entre gays 11,8% tinham pelo menos o mestrado completo, entre lésbicas este percentual foi de 8,1% e entre bissexuais foi 10,0%.

Alguns levantamentos também são trazidos sobre a renda, que quando comparada homens e mulheres é possível notar uma diferença acentuada entre os grupos cis e trans, mas não entre homens e mulheres cis. Entre os homens cis, o percentual de pessoas com até 1 salário mínimo foi de 8,5% e entre mulheres cis foi de 8,2%. Tratando-se do grupo de pessoas trans, os homens mostraram um resultado de 17,1%, enquanto as mulheres 19,0%, e entre travestis foi 15,4%. Quando comparamos as faixas superiores a 10 salários mínimos, temos: entre homens cis, 14,7%; entre mulheres cis, 12,0%; entre homens trans, 7,9%; entre mulheres trans, 5,7%; e travestis, 0,0%, o resultado nulo representa o possível acontecimento de que essa pesquisa demográfica não atingiu nenhuma identidade de gênero do grupo de travestis, tal qual tenham uma renda elevada a dez salários mínimos.

3. Precarização do mercado de trabalho

Para este tópico realizamos uma análise a partir do método histórico-dialético marxista, que nos permite enxergar e compreender a estrutura e a dinâmica da sociedade

burguesa a partir de uma base material e concreta: as relações sociais de produção e reprodução da vida social. Essas relações sociais são relações de classe, produzidas pelo modo capitalista que tem como elemento central o trabalho.

A sociedade capitalista produz uma massa de trabalhadores descartáveis, e, nesse sentido, as características das corporalidades e das performances de gênero das pessoas LGBT são potencializadas nesse processo de tornar o trabalhador ainda mais abstrato e explorável.

Muitas vezes, os indivíduos dessa comunidade são levados ao chamado empreendedorismo, mas em uma configuração precária, pelo simples fato de ter que procurar alternativas incertas na dimensão do mercado de trabalho. No âmbito do trabalho autônomo, instrumentalizado sobre incremento de recursos próprios limitados, em nichos de ocupação como o setor de serviços em beleza, ou ainda o mercado das/dos profissionais do sexo, mercado esse, que historicamente teve uma marca de gênero, de raça e de conteúdo de classe, preenchido por mulheres negras e pobres, mas que atualmente vem, não se metamorfoseando, pois essas mulheres ainda são levadas a esses nichos de ocupação, mas se inchando, agregando outras identidades sociais tão fortemente discriminadas no espaço social e no mundo do trabalho, como homens gays, mulheres travestis e transexuais, a maioria jovem, pobre, de periferia, e negra.

4. Impacto das políticas públicas

É exatamente aqui que se relacionam dados, informações, políticas públicas, performatividade e as condições de precariedade. Portanto, é responsabilidade do Estado elaborar políticas públicas que assegurem um ambiente de suporte para que possamos viver nossas vidas de modo livre e digno e, ainda, que nos protejam de condições de precariedade. Dados e informações sobre a população LGBT+ que possam contribuir na elaboração de políticas públicas com o objetivo de garantir o exercício pleno da cidadania são, portanto, não somente imprescindíveis, mas urgentes. Eles são substanciais, ainda, para que as ações do poder público na tomada de decisões e na elaboração de tais políticas públicas não sejam um “tiro no escuro”.

Dentre as iniciativas governamentais de políticas e direitos que focalizam essa população historicamente, temos em 2004 a criação do “Brasil sem Homofobia” proposto pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, o primeiro plano de políticas públicas

voltado para a população LGBT no Brasil, o qual tinha como fundamento principal promover a cidadania a partir da equiparação de direitos e do combate à violência, e às discriminações homofóbicas, incentivando as denúncias de violação dos direitos. Refere-se especificamente à política de trabalho pautando questões de garantir o acesso e promoção da não discriminação por orientação sexual e gênero, é articulada em torno de quatro diretrizes (dizer quais são), visando sobre o combate a LGBTfobia em ambientes de trabalho e a importância da qualificação profissional dos grupos discriminados. Em 2010 a pauta novamente voltou a ser discutida quando o governo federal lançou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTs.

Em 2011 foi promovido a 2º Conferência Nacional LGBT para que se permitisse a formulação das ações para efetivação de seus direitos e políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Porém, o resultado dessas políticas mostrou que efetivamente até os dias que correm não há nenhuma legislação brasileira que regulamente especificamente sobre Trabalho, Emprego e Renda que se refere à essa comunidade, tanto em relação à orientação sexual, quanto à identidade de gênero.

Sendo assim, volta a se chamar atenção para as ações do Brasil Sem Homofobia e seus desdobramentos. Em relação ao trabalho, o programa se direciona apenas para as questões de não discriminação no ambiente de trabalho, por sua vez a ação VII do referido plano, que de acordo com relatório supracitado “não traz definições precisas sobre como serão efetivadas as iniciativas de combate à discriminação no trabalho”. O programa não problematiza questões, por exemplo, como a profissionalização da prostituição.

Diferentemente das ações previstas no Brasil Sem Homofobia, as proposições dos anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT pensam em formação profissional, regulamentação do trabalhador/a do sexo, além de incluir também a proposta do próprio plano BSH também.

Observa-se nos Anais que as propostas da Segunda Conferência foram divididas em 15 eixos, cada uma possuía em média 5 diretrizes (quais são). Um desses eixos é intitulado “Trabalho, Geração de Renda e Previdência” (BRASIL, 2011, p. 124) com cinco diretrizes, onde 2 são referentes à área da previdência social. Visto isso, é necessário apontar que as diretrizes propostas nos Anais da II Conferência Nacional LGBT não se tornaram um segundo Plano Nacional de Políticas Públicas. A primeira diretriz presente nos Anais menciona emprego e renda, e não priorizam o trabalho. Além disso, dá como

possível solução para a inserção de LGBT no mercado de trabalho a criação de campanhas e incentivos a empresas e organizações que adotarem políticas afirmativas. A segunda e terceira diretrizes só se referem às políticas de trabalho e também não abordam a forma de execução da proposta, apesar de mencionarem questões pertinentes como a regulamentação da prostituição e mercado de trabalho informal.

Se faz necessário mencionar no presente artigo o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, assinado pela Presidente da época, Dilma Rousseff, que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016). Com esse decreto vigorando, houve efeitos imediatos no âmbito do trabalho, primeiramente, o decreto foi ao encontro da proposta de respeito à identidade de gênero no ambiente de trabalho, ou seja, pessoas travestis e transexuais que exercitarem atividade laboral no âmbito federal poderão utilizar o nome social, pelo qual se reconhecem. Em segundo, fica proibido qualquer tipo de discriminação no âmbito federal no tratamento com travestis e transexuais.

Vale mencionar também que o Congresso Nacional brasileiro, apesar de discutir sobre direitos da População LGBT desde 1994, quando se propôs o primeiro projeto de lei pelo reconhecimento do matrimônio entre pessoas homossexuais, tem se comportado de forma inerte em relação às pautas que versam sobre direitos de pessoas trans e homossexuais. Em contrapartida, o Poder Judiciário, devido à inércia do Poder Legislativo, e percebendo a necessidade de reconhecer os direitos das pessoas LGBTs, no ano de 2012, através do Superior Tribunal de Justiça, tornou possível às pessoas do mesmo sexo a constituição de União Estável. Essas foram as únicas informações sobre políticas brasileiras encontradas como constituições formais governamentais.

5. Métodos e fontes alternativas de dados

A instituição censitária oficial do Brasil, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda não produz um levantamento nacional do perfil de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneras, intersexuais e de demais identidades de gênero e/ou orientações sexuais. O único dado oficial sobre a população LGBT é um relatório sobre seus casos de violência que chegam espontaneamente pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100), pela Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e pela ouvidoria da Secretaria de Políticas para as

Mulheres (SPM) chamado “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”. Entretanto, por se tratar de casos reportados espontaneamente, este relatório não representa o cenário mais preocupante das violências contra essas pessoas.

A questão de trabalhar com métodos alternativos surge a partir da necessidade de se trabalhar com o grupo de minorias sexuais. O Brasil possui algumas bases de dados de casais do mesmo sexo no Censo de 2010, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) a partir de 2012, na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) entre 2013 e 2019, na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) a partir de 2013 até 2014, e o Registro Civil de casamentos a partir de 2013. Porém, todas essas bases de dados citadas trabalham apenas com a informação de casais do mesmo sexo, e, portanto, partindo do pressuposto que essa população só pode ser identificada caso esteja em um relacionamento em que uma das partes do casal seja identificada como responsável pelo domicílio.

Existem grupos não governamentais que realizam levantamentos nacionais de pesquisas para análise de dados em algumas regiões do Brasil, como por exemplo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o mais conhecido e reproduzido atualmente por se tratar de um corpo político fortificado por pessoas trans e travestis pela ciência levantada sobre assassinatos destes sujeitos no Brasil. Porém, há coletivos e instituições que por meio de formulários e entrevistas também conseguem reproduzir algum senso identitário conforme sua estrutura política internalizada.

No âmbito demográfico existe um método de amostragem eficaz para acessar populações ocultas e difíceis de alcançar, chamado RDS, também muito usado para estudos de políticas públicas, é considerado um método vantajoso pois controla o viés de “mascaramento”, uma vez que o recrutamento é feito por pares, e nesse sentido, a amostragem é compartilhada por laços, a partir de pessoas dentro desse grupo de minoria para que as redes consigam progredir. Este método, portanto, é considerado eficaz para a captação de dados sobre a população LGBT.

6. Conclusão

Conclui-se assim que, em um contexto de avanço neoliberal, do conservadorismo e de radicalização do conflito capital-trabalho, as pautas relacionadas aos direitos sociais, que envolvem redistribuição socioeconômica, acabam por não ter espaço. No Brasil, em

relação ao segmento de transexuais, apesar da inclusão nos programas governamentais, o enfoque no nome civil se sobressai em relação às demandas por direitos sociais. Também é importante mencionar que as políticas públicas para a população LGBT são frágeis, pois além de não possuírem orçamento próprio, não possuem uma regulamentação jurídica, sendo muitas vezes criadas a partir de simples portarias teóricas que não funcionam na prática.

A comunidade LGBT segue desamparada de dados oficiais e de dados que não sejam somente sobre LGBTfobia, mas demográficos, sociais, econômicos, culturais, entre outros, que possam subsidiar políticas públicas que não sejam exclusivamente focadas em soluções penais ou punitivistas. Esta ausência de dados e informações oficiais nos tira a dimensão real dos casos de violências e das necessidades desta população, tendo como enfoque as travestis e pessoas trans, que são vítimas de extrema violência sem contar com o amparo do Estado Brasileiro na elaboração de políticas públicas para diminuir as desigualdades, assassinatos e melhorar suas condições de trabalho.

Referências

ALMEIDA, Alex. **A Experiência da População LGBT no Mercado de Trabalho de Palmas.** Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

MARINHO, Silvana. **Precarização Social da População LGBT: Um Debate sobre Trabalho, Relações Sociais no Capitalismo e as Tendências Contemporâneas do Modo de Produção Capitalista.** Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Brendhon. IRINEU, Bruna. **Um Estudo Sobre as Políticas de Trabalho, Emprego e Renda para a População LGBT no Brasil e na Argentina.** 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, DF, 2019.

CUNHA, Neon. FACHINI, Regina. JIMENEZ, Cristian. MARTINEZ, Elias. **Sobrevivência, violência, desenvolvimento humano, segurança humana e direitos humanos no Brasil e no mundo. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos e reflexões na construção de um Observatório LGBT, cap. 1, São Paulo, 2016.**

MEIRELLES, Rodrigo. SANTOS, Elias. GARCIA, Carla. ALVES, Natália. COSTA, Ana Carolina. LIMA, Elza. **Políticas públicas: Saúde, Assessoria LGBT e Educação. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos e reflexões na construção de um Observatório LGBT, cap.4, São Paulo, 2016.**

SOUZA, Humberto. JUNQUEIRA, Sérgio. REIS, Toni. **Ensaio Sobre o Perfil da Comunidade LGBTI+.** Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual, Universidade Federal do Paraná, 2020.

Economia Donut: uma resenha crítica

Luiza Helena Machado Argenta
Milena Martins do Nascimento

Este artigo possui como objetivo encaminhar reflexões sobre os impactos ecológicos e sociais negativos do funcionamento do capitalismo, trazendo como base argumentativa a obra *best-seller* de Kate Raworth, economista, professora e pesquisadora da Universidade de Oxford, *Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*, lançada em 2017, e traduzida para o português pela editora Zahar no ano de 2019. A autora propõe estratégias para se pensar como um economista do século XXI, diante dos novos desafios como a emergência climática e a necessidade de uma sociedade regenerativa e distributiva.

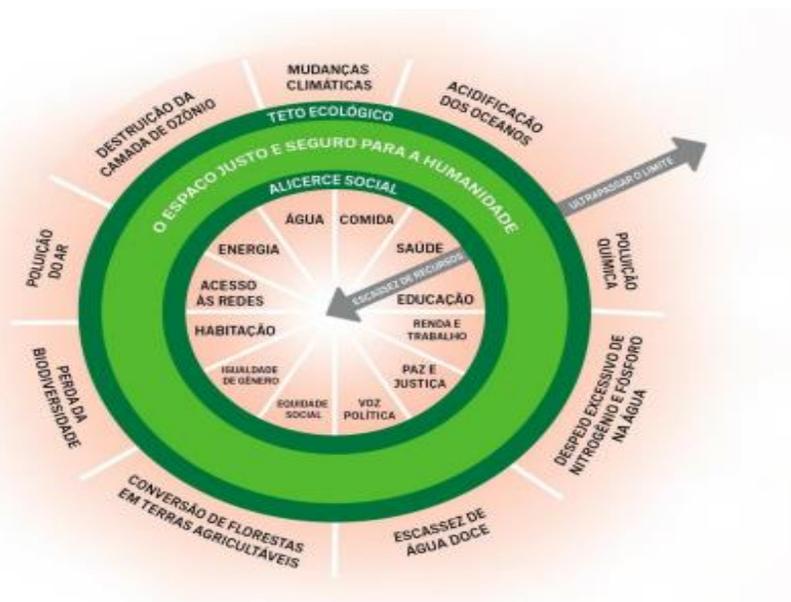
O diagnóstico para a vigésima sexta Conferência do Clima (COP 26), finalizada dia 13 de novembro de 2021 na Escócia, aponta para a ausência de liderança política dos principais chefes de governo mundiais. A ambição das nações pertencentes à ONU, incorporada de mais urgência a cada ano que passa, sinaliza que os países, de modo geral, encontram-se perdidos diante da grande missão da eliminação da emissão de gás carbônico da atmosfera. Ademais, o debate ecológico ganha consistência, uma vez que os desastres ambientais existentes, e os que ainda podem acontecer até o final do século sem que haja o controle efetivo da poluição e do desmatamento, fazem parte do futuro alarmante que a ciência nos alerta, na esperança de que as atitudes do presente sejam eficazes o suficiente para o controle destas externalidades.

Na ciência econômica, é possível encontrar lacunas que dão enfoque a tais problemáticas, mas há de se reconhecer que o pensamento dominante, no decorrer dos anos, pouco tem oferecido espaço para este tipo de discussão. O livro de Raworth intitulado “Economia Donut” evidencia, desde os primeiros parágrafos, como a insatisfação de parte da comunidade acadêmica pelo mundo prolifera diante da teoria abstrata ensinada nas universidades, que apresenta grande distanciamento dos problemas reais. Sob uma ótica heterodoxa, a economista de Oxford aponta que não existem correntes teóricas totalmente erradas ou certas se tratando da complexidade da economia, entretanto, é seguro afirmar sua necessidade de transformação através das

mudanças que ocorrem na sociedade. Sendo uma área pertencente à ciência social, cabe ao economista, integrar-se a essas transformações.

Portanto, Kate argumenta que, os economistas deveriam considerar *insights* que revolucionam a economia tradicional, e que, de alguma maneira, envolvem a pretensão de estancar as consequências catastróficas deixadas pela sustentação do sistema capitalista desde sua implementação. A estrutura econômica em vigor apresenta questões críticas quanto ao desemprego e o nível de desigualdade social crescentes, além do alto grau de desperdício e negligência quanto à esfera do meio ambiente, por exemplo. A teoria criada pela autora, baseia seu arcabouço teórico em torno de um diagrama, que representa o equilíbrio de todas as atividades planetárias e a garantia do bem-estar social. Para isto, a elucidação de suas ideias ocorre através do desenho de uma rosquinha (o famoso *donut* das docerias). No vazio central, estão as deficiências do sistema capitalista, como a fome e a pobreza, representando uma privação social, algo que ainda precisa ser superado. Fora da rosquinha está o que a sociedade possui de excessos, como a degradação ambiental e a poluição dos mares e da atmosfera, que necessitam de estratégias de diminuição. O intuito do modelo (Figura 1) é que todas as camadas presentes na economia estejam acomodadas no decorrer do *donut*, sem ações que gerem escassez, seja pela má distribuição ou capacidade ociosa, ou pela exploração desenfreada dos recursos naturais.

Figura 1: Modelo da Economia Donut



Fonte: The Intercept Brasil

Para garantir o entendimento do leitor sobre a construção do atual paradigma econômico, Kate, de maneira cômica, apresenta o quadro geral da economia no século XX no estilo teatral de William Shakespeare. Primeiramente, o palco é associado ao diagrama do Fluxo Circular, o famoso “desenho” que para muitos é o primeiro contato e o que define as relações econômicas. Em seguida, a autora apresenta as “personagens” com base nos entendimentos dominantes dos economistas na época, e que se reproduzem na atualidade: o mercado eficiente, as empresas inovadoras, as instituições financeiras infalíveis, o comércio que todos ganham, o Estado incompetente, o agregado familiar de responsabilidade das mulheres, os bens comuns trágicos, a sociedade ignorável, a terra inesgotável e o poder irrelevante. Esse espetáculo em que o mercado é o ator principal e possibilita o roteiro neoliberal tem levado nosso sistema ecológico, social e financeiro ao limite. Assim, a proposta de um “fluxo” que mostre a economia integrada à sociedade e ao mundo vivo passa a ser mais condizente com o século XXI e os personagens são apresentados como: a terra que dá a vida, a sociedade que é a base, a economia diversificada, o agregado familiar nuclear, o mercado poderoso, os bens comuns criativos, o Estado essencial, as instituições financeiras que devem servir à sociedade, as empresas inovadoras, o comércio dual e o poder que está presente em todo lugar. Além disso, dentro da argumentação de Raworth, também é possível enxergar que as questões ultrapassam a ecologia, transcorrendo pelo feminismo e a participação da mulher na sociedade, assim como a interessante análise acerca da Economia Comportamental e sua crítica à microeconomia clássica de racionalidade. O papel do indivíduo no sistema foi por muito tempo apenas visto como *homo economicus*, ou seja, o homem racional, com a calculadora na cabeça, dinheiro na mão e preocupado apenas com o próprio bem-estar. Hoje, já existem estudos do comportamento humano, como menciona Kate, que permitem um retrato mais abrangente do indivíduo. Ela enfatiza que a sociedade não é apenas egoísta e autocentrada, também age com altruísmo e reciprocidade, suas preferências são flexíveis, não se calcula tudo, e, principalmente, não há o domínio da natureza, mas uma interligação a ela.

O ser humano, segundo a autora, precisa ressignificar a importância do crescimento econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) é visto como um indicador de “saúde” da atividade econômica, abrigando o equívoco de que as altas taxas de crescimento representam o desenvolvimento. A grande concentração gerada pela acumulação de capital faz com que hoje os 10% mais ricos detenham o equivalente a

76% do patrimônio do planeta¹. Raworth aposta no seu modelo, dotado de uma visão muito mais integrada do que apenas o valor do PIB, podendo funcionar como um guia para o presente ao incluir aspectos sociais e ecológicos na discussão do que é considerado desejável para o futuro da humanidade e do ambiente. Desta forma, Kate destaca que é preciso compreender que a economia de hoje continua nos moldes em que o sucesso se mantém para os bem-sucedidos, aumentando desigualdades sociais e degradação ecológica. Se hoje a economia é divisiva e degenerativa, precisa-se fazer com que amanhã ela seja distributiva e regenerativa para evitar o colapso. O pensamento sistêmico contribui para a mudança de concepção da economia como máquina e passa a vê-la como organismo.

Apesar de que em grande medida o livro retrata situações comuns na maioria dos países e indivíduos, a autora destaca que muito do que se tem registrado e estudado é baseado em países com sociedades ocidentais, educadas, industrializadas, ricas e desenvolvidas, sendo importante a existência de mais pesquisas que retratem a situação em outros lugares. O pensamento de como o Brasil é afetado pelas informações colocadas e como a dinâmica econômica acontece no país evidencia que, se objetivarmos avanços e melhores condições para todos, ainda há muito a ser feito em termos de políticas públicas e apoio da sociedade.

Reforçando a importância da obra, o agravamento da crise política e econômica advindo das consequências da Covid-19 destaca, de maneira exorbitante, a necessidade da mudança de perspectivas, e obviamente, de atitudes para o enfrentamento dos novos obstáculos. As políticas públicas, o meio por onde profissionais da economia pode transformar a realidade que observam, se mostram cada vez mais necessárias para inibir os exageros e a escassez presentes no planeta, como a fome, a falta de acesso à educação e saneamento básico. E havendo uma “limitação” sob a ótica do donut, é possível sobreviver através de uma configuração que envolve inovação? Raworth completa que sim, afinal de contas, sempre houve um limite, os seres humanos que não se deram conta disso. Em um sistema onde o espaço central da estrutura seja respeitado, ainda há uma infinidade vertical (Figura 2) que pode ser explorada pelo ser humano,

¹ Dados da Oxfam (Comitê de Oxford para Alívio da Fome) publicados em 2016 e indicados no livro Economia Donut apontam para uma diferença ainda maior (1% mais ricos detém mais riquezas do que os outros 99% somados) se considerados os paraísos fiscais.

através da participação, do pertencimento, da cultura, da liberdade, do lazer, da criatividade e do propósito, por exemplo.

Figura 2: O sistema vertical



Fonte: Uma economia saudável deve ser projetada para prosperar, não crescer (YouTube)

Em suas 300 páginas, “Economia Donut” traz de maneira simplificada e direta o entendimento de suas teorias, garantindo, tanto para o leigo, quanto para o profissional, reflexões sobre o presente e a preocupação sobre como molda-se o futuro. Apesar de não ter sido a primeira a abordar o tema e pensar em uma alternativa ao Fluxo Circular, Kate Raworth conseguiu compilar em seu livro de modo didático e cativante os questionamentos econômicos não triviais, mas essenciais para estruturar novos horizontes para profissionais da área ou entusiastas. É notório que, mesmo com as implicações inerentes ao capitalismo, a autora é otimista com relação às correções dos problemas que seu próprio modelo propõe para este sistema. A experiência desta pesquisadora da Oxfam (Comitê de Oxford para Alívio da Fome) e colaboradora das Nações Unidas, desde muito jovem preocupada com o futuro da humanidade e que viu na economia sua chance de transformar o cenário de caos que vislumbrava pelos

noticiários, ganhou inúmeras críticas positivas. Ainda assim, o seu modelo pode ser compreendido com certa superficialidade, e, apesar de ambicioso, caminha a passos contidos para se tornar uma grande influência. Entretanto, quando se trata de credibilidade, destaca-se a participação da autora na prefeitura de Amsterdã, que convocou Kate e sua perspectiva para melhorar a eficiência em suas questões administrativas e atenuar os problemas deixados pela Covid-19. Em sua conclusão final, intitulada "Agora somos todos economistas", Raworth enfatiza a necessidade da crítica permanente no âmbito econômico, onde não existem verdades absolutas, nem respostas concretas sobre a realidade que se mostra tão diversa e complexa. O economista do século XXI, portanto, é aquele que se mostra aberto a incorporar as modificações do próprio espaço em que vive e de tudo aquilo que aprendeu, disposto a lidar com a própria transformação de suas ideias. E assim, a nova direção do pensamento econômico do futuro torna-se o que Kate elucida, vindo de um dos principais inventores do século XX, Buckminster Fuller: *"Você nunca muda as coisas combatendo a realidade existente. Para mudar algo, construa um modelo novo que torne o modelo existente obsoleto"*.

Referências

ALMEIDA, M. C. (2020). **O direito ao desenvolvimento sustentável e a Economia Donut: uma nova lição para problemas antigos e urgentes a partir da Covid 19.** Disponível em: <https://fadivale.com.br/portal/revista/?b5-file=11110&b5-folder=11113>

BONI, M., & Ortiz, J. (22 de Setembro de 2020). **Kate Raworth: 'Pandemia mostra que mudança é possível'.** Disponível em: <https://theintercept.com/2020/09/22/entrevista-kate-raworth-pandemia/>

FIORI, J. L. (19 de Novembro de 2021). **Nos bastidores de Glasgow.** Disponível em: https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/fiori-nos-bastidores-de-glasgow/?fbclid=IwAR2BICRTBTZnbD4N66mjp2DF2j-Fvf_WofwfRiaZ4vX0AARSn1h FJNTpXeY

OLSEN, N. (16 de Abril de 2020). **Amsterdã é a 1ª cidade do mundo a adotar Economia Donut.** Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/amsterdã-e-a-1a-cidade-do-mundo-a-adotar-economia-donut/>

PELLICER, L. (07 de Dezembro de 2021). **Os 10% mais ricos com 76% do patrimônio do planeta, o retrato da desigualdade na pandemia.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-12-07/os-10-mais-ricos-com-76-do-patrimonio-do-planeta-o-retrato-da-desigualdade-na-pandemia.html>

RAWORTH, K. (2019). **Economia Donut - Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo.** Rio de Janeiro: Zahar.

TED. (04 de Junho de 2018). **A healthy economy should be designed to thrive, not grow.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rhcrbcg8HBw>

VALLE, M. (13 de Maio de 2021). **Economia Donut: a tese sobre os 5 estágios das empresas na transição para um modelo mais sustentável.** Fonte: Quintessa Blog: <https://blog.quintessa.org.br/5-estagios-transicao-empresas-economia-donut>

Racismo na economia: uma resenha

Beatriz Mendes Galvão Martins

O presente artigo tem por objetivo proceder uma resenha crítica de dois textos sobre os efeitos do racismo no âmbito econômico. Primeiramente, a abordagem de Silvio Almeida em seu livro “Racismo Estrutural”¹ é apresentada em forma de que seu debate é, essencialmente, desigualdade econômica. Neste caminho, a obra de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães complementa esta questão e traz o aspecto de raça e pobreza no Brasil e os reflexos de um histórico colonial brutal no livro “Classes, Raça e Democracia”².

O debate sobre racismo e economia é, sobretudo, uma análise da perspectiva estrutural das disparidades de “[...] acesso aos ativos econômicos e mecanismos favorecedores à mobilidade social ascendente” (SALVADOR, 2014, p. 26 apud ALMEIDA, 2019, p. 103) com fundamento racial. Desse modo, o processo de identificação por raça, no Brasil, é operado como uma relação social, ou seja, é manifestado em atos próprios da estrutura da sociedade. A discriminação racial é, portanto, sistemática e ultrapassa o âmbito da ação individual, ou seja, não se limita a uma atribuição característica de um povo, ou a forma como o grupo é tratado, mas se expande na expressão da desigualdade política, econômica e social.

A estrutura capitalista é fundada na construção social da troca mercantil e, por conseguinte, do mercado. Entretanto, este processo histórico foi dependente da intervenção estatal, isto é, foram necessárias ações diretas e indiretas promovidas por instituições, pelo direito e pela política. A possibilidade da concorrência é apenas possível através da mediação entre as esferas pública e privada, assim como a regulação do mercado e as relações trabalhistas. Nesse sentido, os avanços aos direitos sociais são de responsabilidade de regulação pública, do mesmo modo que o mercado é decorrente de mediações estatais, as quais apresentam antecedentes históricos que negligenciam a necessidade de reparação do racismo na esfera sociopolítica.

É a partir das relações sociais do capitalismo, além das condições objetivas e materiais, que se naturaliza a formação subjetiva dos indivíduos para a reprodução da ordem social baseada na troca mercantil, isto é, o processo de separar e pertencer à

¹ ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

² GUIMARÃES, Antonio Sérgio Guimarães. **Classe, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012

determinada classe, trabalhadora ou capitalista, o qual passa pela incorporação de discriminações sistêmicas decorrentes do modo de exploração mercantil. Isso, todavia, não é resultado de forças espontâneas, mas, sim, de um sistema de educação e meios de comunicação de massa corrompidos e determinados a disseminar a situação dos negros no Brasil, onde é enfrentado os piores salários e condições de trabalho mais precárias, como um mero aspecto cultural. O racismo, como prática ideológica, então, traz a esse processo de subsunção, a partir da generalização identitária de costumes e tradições, a progressiva expansão de alteridades.

Segundo Pedro Chadarevian (2009, apud SILVIO; ALMEIDA, 2019):

“Em uma tentativa de síntese dos diferentes autores representativos desta interpretação heterodoxa, poderíamos avançar que o racismo se mantém e se reproduz na economia devido à atuação de quatro tipos diferentes de mecanismos de discriminação que repercutem direta ou indiretamente na acumulação de capital, determinando: a) a divisão racial do trabalho; b) o desemprego desigual entre os grupos raciais; c) o diferencial de salários entre trabalhadores negros e brancos; d) a reprodução (física e intelectual) precária da força de trabalho negra.”

A ordem social, desse modo, é mantida e regulada pelo padrão de poder através de imposição e reprodução de regras e normas racistas por meio das ações institucionais, o que dá caráter a concepção estrutural do racismo. As instituições, assim como o restante da sociedade, foram construídas e consolidadas em suas bases de um modo de socialização implantado no racismo. Logo, as relações do cotidiano são mantidas no interior das instituições e, também, utilizam das formas de discriminação racial.

Como fenômeno estrutural, o racismo se manifesta quando as políticas econômicas não atendem às necessidades socioeconômicas do país, já que prejudicam o movimento antirracista ou contribuem para a manutenção de privilégios, como a concentração de renda. Tal situação, logo, pode ser identificada no sistema fiscal brasileiro, em que a tributação ocorre sobre o salário e o consumo, beneficiando classes mais abastadas, seus patrimônios e sua renda, assim, se tornam fator empobrecedor para populações mais vulneráveis, tendo como a maior vítima da tributação as mulheres negras que pagam proporcionalmente mais tributos.

Estatisticamente, a população preta é a mais atingida pelos índices de pobreza, no Brasil. Além disso, as causas dessa pobreza negra são a falta de oportunidades, o preconceito e a discriminação (GUIMARÃES, 2002). O fator étnico-racial do país, dessa forma, atribui ao indivíduo a negligência do acesso à educação, visto que o ensino público e gratuito não fornece o conhecimento necessário para entrar e se manter em uma

universidade pública e gratuita. Por conseguinte, submete a população negra à indisponibilidade de acesso ao trabalho e, desse modo, ao menor poder aquisitivo. Nessa dinâmica socioeconômica,

“não apenas os jovens mais pobres não têm acesso à universidade, como grande parte dos jovens negros melhor aquinhoados pela fortuna, mas que não frequentam colégios de elite, têm que pagar pelos seus estudos universitários. Assim, o mercado e o governo discriminam duplamente o negro: primeiro, oferecem mais chances de qualificação para os estudantes oriundos de colégios privados; segundo, qualificam melhor os universitários da rede pública.” (GUIMARÃES, 2002, p. 68).

Dentre as explicações para a persistência do racismo nas relações econômicas estruturais, há uma fundamentação forte na herança escravocrata. As sociedades contemporâneas, nessa perspectiva, estão presas a padrões institucionais decorrentes do colonialismo. Assim, para países periféricos como o Brasil, o racismo reforça a prática autoritária e impede a modernização das economias cuja manutenção mantém desigualdades econômicas e políticas. Outra corrente, abordará o racismo, assim como a escravidão, tal qual um elemento constitutivo da modernidade capitalista, uma manifestação das estruturas do capitalismo, as quais renovam a discriminação, a segregação e escravização à uma democracia forjada sob a desigualdade racial.

O reconhecimento do passado escravista é essencial para a atribuição de responsáveis e agentes ativos para a solução dessa disfunção nas sociedades modernas, entretanto, tal explicação pode isentar as gerações presentes do compromisso com a luta antirracista e oferece um prolongamento indeterminado da situação em benefício de governantes sem interesse no movimento, visto que é apresentado uma incapacidade de solucionar tal produto de séculos.

Nesse contexto, possibilita-se a fortificação de teorias econômicas de discriminação como a de Gary Becker, onde o racismo é apresentado como resultados de comportamento individuais influenciados pela ignorância e falta de informação (1957, apud ALMEIDA; Silvio, 2019), como uma ética utilitarista, na qual o trabalhador preto não representa retorno em produtividade. Entre outras teorias neoclássicas, o racismo na economia é apenas uma manifestação da irracionalidade dos agentes econômicos. Essa ordem econômica, contudo, funciona com base na institucionalização de preconceito e alteridades raciais.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Guimarães. **Classe, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

Progressividade tributária como importante instrumento de justiça e isonomia fiscal: uma análise de Keynes a Thomas Piketty

Débora Pereira de Paiva
Heloisa Ribeiro Lopes

1. Introdução

O objetivo do presente artigo é de analisar como uma tributação regressiva acaba permitindo uma grande concentração de renda da riqueza nacional em poder de poucos, aumentando o hiato social entre ricos e pobres no país.

Para isso as autoras farão uma breve incursão sobre os sistemas progressivo e regressivo e suas consequências para o desenvolvimento social, farão um apanhado sobre a situação tributária em alguns países do mundo e, por fim, trarão conclusões sobre alguns dos motivos pelos quais o Brasil é um dos países de maior concentração de riqueza no mundo.

2. De Keynes ao Neoliberalismo: transformação de uma tributação a serviço do povo para uma tributação a serviço da acumulação de capital

A Grande Depressão dos anos 30 afetou a economia de todos os países capitalistas do globo e demonstrou que “*a história do capitalismo é uma história de instabilidade econômica*”. (HUNT e LAUTZENHEISER, 2021) A partir de então a economia encontrou um cenário propício para a mitigação da crença quase que absoluta do *laissez-faire* e da ideia transformada na Lei de Say de que o livre comércio é autoajustável, razão pela qual a lei de oferta e demanda a rigor caminharia para um equilíbrio macroeconômico.

A quebra da Bolsa de Nova York, a bancarrota de inúmeras empresas, combinadas com um aumento desenfreado do desemprego, o empobrecimento das famílias e o clima geral de insegurança foi o berço propício para que as ideias de John Maynard Keynes ecoassem, sob a promessa de que a depressão econômica não é um mal necessário e

pode ser evitada, desde que haja um Estado forte e atuante socioeconomicamente que promova política notadamente fiscal.

Após a crise dos anos trinta, passou-se a discutir a importância do Estado atuar para minimizar os efeitos nefastos dos vazamentos do fluxo circular da economia (notadamente poupança, importações e impostos) que acabam gerando instabilidade econômica e recessão (HUNT e LAUTZENHEISER, 2021), já que o mercado avesso a qualquer ingerência interventora, planejadora ou regulatória não é capaz de por si só impedir transbordamentos dos mais diversos do fluxo circular, de forma que é natural que a oferta agregada esteja em descompasso com a demanda agregada, o que gera as mais variadas crises econômicas que o mundo já vivenciou.

Mesmo sem trazer uma ruptura radical com o pensamento ortodoxo, de acordo com Alves (2021) em sua obra *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda* Keynes propõe novos olhares sobre a análise econômica até então empregada por seus contemporâneos e antecessores. O centro de atenção passa a ser o curto prazo e a demanda agregada, aliada com a necessidade de implementação de políticas públicas efetivas para a consecução do ideal de pleno emprego, o que para Keynes somente pode ser alcançado com a atuação ativa do Estado.

Segundo Alves (2021) uma das principais ideias Keynesianas consiste na tributação progressiva. Por meio dela haveria maior carga tributária sobre patrimônio e renda, tributos chamados diretos, e menor incidência tributária sobre tributos indiretos de consumo de bens e serviços. Keynes propõe que a tributação seja distribuída de forma mais equitativa, de maneira a incidir mais acentuadamente sobre quem possui maior riqueza.

Para o citado economista, dois seriam os maiores benefícios da tributação progressiva: o primeiro é a redução das desigualdades, já que as camadas sociais mais pobres arcaiam com menos tributos para com o Estado, aumentando pela via indireta a sua renda. Já o segundo seria o aquecimento da economia pelo lado da demanda agregada, que é composta por consumo, investimento, eficiência marginal do capital e taxa de juros. O autor ainda ressalta que, segundo Keynes, a propensão marginal a consumir dos mais pobres é maior do que dos mais ricos, de forma que havendo menor tributação sobre si, mais dinheiro sobraria para que as famílias mais pobres possam consumir. Com a economia crescendo pelo lado do consumo, a consequência seria a

diminuição do desemprego, o que traz crescimento e desenvolvimento econômico. (ALVES, 2021)

As ideias de Keynes foram durante muito tempo utilizadas no período conhecido como do *Welfare State*, momento de maior desenvolvimento econômico experimentado na economia capitalista. No entanto, o modelo econômico keynesiano acabou sendo superado pelas ideias neoliberalistas capitaneadas mundialmente sobretudo pelo Republicano Ronald Reagan nos EUA (1981 a 1988) e a conservadora Margaret Thatcher na Inglaterra (1979/1990), conhecida Dama de Ferro ante à sua insensibilidade frente às questões sociais, momento no qual foram difundidas mundialmente as políticas de austeridade.

Com uma equipe de economistas chamados de *supply side economics* (economia pelo lado da oferta) emergiu-se nos EUA, com apoio da Inglaterra, o neoliberalismo de clara orientação pelo dogma fisiocrata do *laissez-faire, laissez passer*, e que tinha o intuito de pôr fim ao Estado do bem-estar social de orientação keynesiana.

A austeridade fiscal promovida pelo neoliberalismo é o exato oposto das políticas keynesianas, na medida em que propugnam por um Estado Liberal ou mínimo, desregulamentador dos mercados financeiros. O livre mercado, a redução das taxas, as medidas de contenção fiscal, para os ortodoxos colocaria a economia em equilíbrio, pois o preço seria controlado puramente pela lei de oferta e da demanda.

De acordo com Oliveira (2018), o Governo de Reagan é marcado por três importantes e nefastas reformas tributárias, com claro intuito de reduzir os impostos em benefício da acumulação de capital à parcela mais rica da população norte-americana. Para o autor, o dogma das reformas tributárias era o de diminuir a progressividade tributária, de tal sorte que, conforme apontado, Reagan reduziu a alíquota do imposto de renda sobre pessoas físicas e jurídicas, reduziu alíquota de impostos sobre lucros extraordinários e facilitou a depreciação do capital de modo a permitir maior desoneração tributária às firmas.

Citando os ensinamentos de Mello Filho, Oliveira (2018) demonstra ainda que no início do governo Reagan a legislação norte-americana previa 16 (dezesseis) alíquotas diferenciadas para o IRPF e com a sua terceira reforma tributária tais alíquotas caíram para apenas 3 (três), denotando uma política agressiva contra a progressividade. O autor ainda esclarece o que segue:

Na terceira lei, de outubro de 1986, Reagan parece ter finalmente realizado a reforma de seus sonhos, simplificando o sistema e reduzindo expressivamente a progressividade: facilitou as deduções pelos contribuintes para o cálculo do imposto, aumentando consideravelmente o número de isentos; ampliou a base tributária das empresas, mas reduziu a alíquota-teto do IRPJ de 48% para 34%; aumentou a tributação sobre ganhos de capital dos indivíduos de alta renda, o que atraiu o apoio do Partido Democrata; no caso do IRPF, reduziu de 50% para 28% a alíquota-teto e aumentou a alíquota mínima de 11% para 15%. Note-se que nessa última medida, enquanto abrandava o peso da “mão opressiva do governo” sobre as camadas mais ricas, tratava de aumentá-lo sobre as de menor renda (MELLO FILHO, idem, p. 102). *Grifo nosso*

Em decorrência da aprovação dessa legislação, o IRPF que contava, até 1981, com 16 alíquotas diferentes, como se mostra na Figura 1, sendo a alíquota-teto de 70%, reduzida com a legislação aprovada em 1981 para 50%, viu as mesmas serem diminuídas, na prática, em 1988, para apenas duas, acrescentadas de uma “alíquota-bolha” de 33% para valores intermediários, ou seja, para rendimentos inferiores ao teto dos valores em que passou a incidir a alíquota de 28% (MELLO FILHO: 104). *Grifo nosso*

Oliveira (2018) conclui, com a política neoliberal de Reagan, os países capitalistas de orientação neoliberal abandonaram os ensinamentos keynesianos de utilização da política fiscal e da tributação progressiva como importante instrumento a reduzir as desigualdades sociais, passando a ser utilizadas para deliberada concentração de riqueza.

Aponta ainda que muito embora na Inglaterra não tenha havido uma reforma tão profunda na legislação tributária, eis que não se queria prejudicar a arrecadação, é inegável que EUA e Inglaterra foram indomáveis na propagação e imposição dos ideários neoliberais pelo mundo. Como não poderia ser diferente, todos esses acontecimentos mundiais trouxeram reflexos no sistema tributário brasileiro.

3. O sistema tributário brasileiro: progressividade vs. regressividade

O atual sistema tributário brasileiro foi inaugurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo fruto do Estado Democrático de Direito que marca a superação da ditadura militar, que assolou o país desde a década de 60. Passados 33 anos de seu advento, o sistema tributário do país sofreu uma única grande reforma, o que ocorreu com EC 42/2003.

Por mais que no plano existencial tenha havido a superação de um regime antidemocrático, na prática tributária o que se tem é que boa parte da aplicação de suas normas são condicionadas ao que disciplina o Código Tributário Nacional datado de 25 de outubro de 1966, código este elaborado em momento posterior ao Golpe de 1964, ou seja, já no período da ditadura militar brasileira.

Sabe-se que toda a legislação anterior à CF/88 precisa ser lida e interpretada à luz de suas regras e princípios democráticos, porém, justamente por ser uma Constituição extremamente plural e albergadora de diversas ideologias que muitas vezes se mostram dissonantes, as normas brasileiras acabam se tornando suscetíveis a serem interpretadas de forma arbitrária a serviço de uma maioria eventual, política e partidária, que de forma alguma expressa as necessidades da maioria dos efetivos detentores do poder, o povo.

Certo é que maior plasticidade que possa ter a norma constitucional existe um conteúdo mínimo que deve necessariamente ser observado e, no caso, a Constituição elenca como um de seus comandos a progressividade dos impostos que admite tal técnica fiscal.

Esta, inclusive, é a expressa disposição relativamente ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza:

Art. 153, §2º, I, CF/88: O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da *progressividade*, na forma da lei; *Grifo nosso*

A tributação progressiva é medida de justiça fiscal, pois através dela se permite que quem possui mais renda seja tributado de forma mais acentuada, sendo o oposto uma igual realidade.

A progressividade nada mais é do que um importante instrumento concretizador da isonomia material tributária em que o Estado trata os contribuintes de forma diferente, na medida de suas desigualdades, a fim de respeitar o princípio da capacidade contributiva de cada qual.

Na medida em que a progressividade garante menor tributação para quem tem menos e maior tributação para quem tem mais riqueza, essa prática leva a uma melhor distribuição da renda. Além disso, a arrecadação do Estado passa a ser utilizada de forma mais eficiente, pois a rigor com uma maior renda as famílias precisarão de cada vez

menos serviços públicos a serem prestados diretamente pelo Estado, o que pode inclusive diminuir o déficit público que evidentemente é incrementado com o avanço de programas sociais necessários para fazer frente ao combate à pobreza, o que se torna cada vez mais necessário com o aumento da desigualdade social.

Como o princípio da capacidade contributiva é uma norma constitucional, sempre que possível deverá o imposto ser graduado conforme a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 145. § 1º, CF/88. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Já a regressividade incide também sobre o consumo e serviços, não existindo uma clara diferenciação entre os contribuintes, pelo que a arrecadação é igual para ricos e pobres.

Ao passo que na progressividade a capacidade contributiva é uma regra que caminha junto, na regressividade a capacidade contributiva acaba sendo de aplicação mitigada, pois, neste caso, os impostos incidem sob a mesma alíquota indistintamente, de forma independente da capacidade econômica do contribuinte.

É claro do texto constitucional que a regra normativa é a observância da capacidade contributiva tanto quanto possível. Porém, na prática, o que se tem é outra realidade.

Analisando as regras constitucionais, temos que esta pretende claramente inaugurar no país um Estado do Bem-estar Social, conhecido *Welfare State*. Não à toa que traz a dignidade da pessoa humana como centro gravitacional de todo o sistema constitucional, elencando um generoso catálogo de direitos fundamentais e sociais que devem obrigatoriamente ser observados pelo Estado, além de prever como fundamento da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. A Constituição consagra, ainda, como objetivo fundamental da República o desenvolvimento nacional associado à erradicação da pobreza e da marginalização, com a necessária redução das desigualdades sociais e regionais. (arts. 1º e 3º, CF/88)

A grande questão é que as maiorias congressuais e políticas em geral em muito se dissociam das diretrizes e normas constitucionais, criando regras que para além de se

mostrarem nefastas ao conjunto social, acabam por aumentar ainda mais o abismo entre os estratos sociais. É incompatível com a Constituição Brasileira uma tributação de predominância regressiva – de cunho neoliberal - do que progressiva – de cunho mais social.

Segundo Oliveira (2018), utilizando-se como base a terceira reforma tributária promovida pelos EUA da era Reagan, o Brasil também reduziu significativamente o sistema progressivo do imposto de renda, vejamos:

Foi inspirado nessa legislação que, no Brasil, o então ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, também enfraqueceu, em 1988, a progressividade do imposto de renda da pessoa física em nível superior ao de Reagan, reduzindo o número de faixas de renda e de alíquotas de oito para três estabelecendo, além da faixa de isenção com alíquota de 0%, mais duas alíquotas: a mínima de 10% e a máxima de 25%. (Grifo nosso)

O então Ministro da Economia ocupou o cargo de 06 de janeiro de 1988 a 15 de março de 1990, período ao qual o Brasil já estava constituído sob a égide da Constituição de 1988, porém, pouco fez para concretizá-la, ao contrário, se afastou de suas recentes determinações ao adotar política tributária geradora de concentração de renda³.

Vemos que a determinação constitucional é muito clara no sentido de que a promoção de políticas públicas deve ser voltada à redução das desigualdades sociais e regionais, contudo importantes instrumentos de política fiscal são utilizados de forma indevida pelos governantes, muitas vezes sequer são utilizados, o que aumenta a concentração de renda em mãos dos poucos detentores do poder, gerando abissais desigualdades sociais de complexa superação no país.

4. A tributação no brasil e no mundo à luz da doutrina de Thomas Piketty

³ Note-se que segundo o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Sistema Tributário Nacional entrou em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, ressalvando no inciso I a os artigos 148, 149, 150, 154, I, 156, III, e 159, I, "c" cuja incidência se daria a partir da promulgação da Constituição. Tendo a Constituição sido promulgada em 05 de outubro de 1988, as demais normas do Sistema Tributário Nacional não ressalvadas pela Constituição entraram em vigor em 01 de março de 1989.

Linhas acima analisamos como a regressividade tributária gera concentração de renda. Doravante faremos algumas comparações com a situação fiscal experimentada em alguns países com tributações progressivas e buscaremos discutir a possibilidade de taxar grandes fortunas. Abordaremos ainda algumas nuances acerca dos tributos sobre herança e ganhos de capital.

A taxação sobre grandes fortunas não é algo do passado, tampouco podemos dizer ser algo novo, é na verdade uma discussão constante. Podemos ver em nossa Constituição de 1988, que se aventava por nossas terras esta possibilidade.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Este artigo da nossa Carta Magna, foi baseado na experiência francesa da década de 1980, o *Impôt Sur les Grandes Fortunes*.

Diversos projetos de lei complementar para aprovação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) foram lançados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mas todos foram rejeitados ao argumento que este tipo de imposto tem baixa arrecadação e alto custo administrativo, além do risco de evasão fiscal e fuga de investimentos.

Vamos começar por outro tipo de problema que nos cerca, de acordo com a UNAFISCO NACIONAL (2019), Emmanuel Saez e Gabriel Zucman da Universidade da Califórnia e Berkeley concluíram que 0,1% dos contribuintes representava 20% da renda americana nacional em 2012. Na publicação da obra *“O Capital no Século XXI”* de Thomas Piketty são demonstrados dados muito parecidos, onde 0,1% dos mais ricos detêm 20% do patrimônio global, números assombrosos referentes à ascendente desigualdade social em âmbito mundial, feto da concentração de riquezas.

Mas é possível avaliar matizes de abismos sociais entre as nações. Piketty (2013), no aqui referido livro, terceira parte subintitulada *a estrutura da desigualdade*, analisa o que segue:

nas nações mais igualitárias em matéria de rendas do trabalho, como os países escandinavos dos anos 1970-1980, os 10% mais bem remunerados recebem em torno de 20% da massa salarial, enquanto os 50% mais mal pagos ganham 35%. Nos países moderadamente igualitários, como a maior parte dos países europeus hoje (por exemplo, a França ou a Alemanha), o primeiro grupo recebe 25-30% do total, e o segundo, em torno de 30%. E nos países fortemente

desiguais, como os Estados Unidos no início dos anos de 2010, o décimo superior ganha 35% do total, enquanto a metade inferior ganha apenas 25%.

Em seu artigo, *“Tributação de Grandes Fortunas, Concentração de Riqueza e a Concorrência Fiscal Internacional”*, Juliana Ribeiro Magalhães (2015), nos relata que “o problema do século é que o capital cresce em um ritmo muito maior do que a renda. De modo que o aumento constante da desigualdade dificulta a luta contra a pobreza global”. Dados recentes divulgados pela instituição Oxfam mostram que uma a cada nove pessoas no mundo ainda passa fome, sendo que a produção de alimentos já é suficiente para abastecer três planetas proporcionais à Terra. Também foi divulgado que mais de 1 bilhão de pessoas no mundo ganham menos de 1,25 dólares por dia. Sendo ainda a proporção da desigualdade de renda mundial observada de forma mais expressiva no dado que aponta que 1% da população mundial detém 48% do PIB do planeta.

De acordo com Ribeiro (2015), temos que:

Piketty propõe o aumento da tributação das rendas, heranças e patrimônio, a partir do incremento da progressividade, de um imposto sobre grandes capitais em escala mundial e a adoção da transparência internacional como forma de combater a concorrência fiscal entre países.

Por sua vez, Piketty (2013) esclarece que a desigualdade social tende a aumentar na medida em que a taxa de rendimento do capital torna-se maior que a taxa de crescimento da renda e da produção nacionais. Uma vez que os patrimônios originados no passado se recapitalizam mais rapidamente do que a progressão da produção e dos salários, *“(...) o empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista (...)”* (RIBEIRO, 2015)

No livro *“O Capital do Século XXI”*, trecho subintitulado *“O mecanismo da divergência Patrimonial”*, Piketty (2013) explica a concentração da renda coligada ao fator taxa de rendimento do capital > taxa de crescimento da renda, vejamos:

[...] principal fator que explica a superconcentração patrimonial observada nas sociedades agrárias tradicionais e, em grande medida, em todas as sociedades até a Primeira Guerra Mundial, é o fato de se tratarem de economias caracterizadas por um baixo crescimento e por uma taxa de rendimento do capital clara e continuamente superior à taxa de crescimento [...]

Vemos então, de um ponto de vista estritamente lógico, que estão dadas as condições ideais para que prospere uma sociedade de herdeiros, caracterizada

ao mesmo tempo por uma enorme concentração da riqueza e uma forte continuidade, ao longo dos anos e das gerações, desses patrimônios elevados.

Podemos ver no texto de Ribeiro (2015) que esta tendência de concentração de riquezas só foi atenuada no século XX, em função das duas grandes guerras mundiais e da crise de 1929, época em que houve redução do retorno do capital, gerando a *“ilusão da capacidade do capitalismo em superar esta contradição”*.

Esta foi também uma época de políticas tributárias progressivas sobre a renda e heranças, então, este autor nos diz que o aumento ou diminuição das desigualdades sociais se devem em grande parte à política tributária adotada pelos Estados Nacionais, a depender de sua progressividade ou regressividade, o segundo sendo o caso observado nos EUA e Reino Unido, a partir dos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher após o ano de 1980. Nesta década se verificou a queda na progressividade por influência das ideias de neutralidade fiscal e de crescimento econômico, ou seja, menor tributação para estimular investimentos e a economia (RIBEIRO, 2015, p. 5).

No livro *“O Nível: Por Que Uma Sociedade Mais Igualitária É Melhor Para Todos”*, dos epidemiologistas ingleses Richard Wilkinson e Kate Pickett, em sua segunda parte denominada *“Os Custos da Desigualdade”*, investiga-se os problemas sociais ou de saúde (vida comunitária e relações sociais; saúde mental e uso de drogas; saúde física e expectativa de vida; obesidade; desempenho educacional; maternidade na adolescência; violência; encarceramento e punição; e mobilidade social), cujo objetivo central é o de demonstrar que nos países ricos e em estados norte-americanos onde a desigualdade é mais elevada, os indicadores sociais e de saúde são piores do que nos países e estados com maior igualdade econômica. Os autores também alertam que os países por eles analisados que conseguiram chegar a baixos níveis de desigualdade o fizeram por meio da distribuição de impostos e benefícios, com um sistema de seguridade social que garante direitos importantes (ou seja: com um Estado mais forte). Este Estado é extremamente importante quando se fala em tributação, em distribuição de renda, em equidade, justiça social e, conseqüentemente, em tributação progressiva.

E então, Piketty (2014) em seu livro *“A Economia da Desigualdade”*, nos traz que a recente evolução da distribuição das riquezas, com um crescimento das maiores fortunas mundiais superior a três vezes mais rápido do que o aumento da média dos patrimônios e rendas ao longo do período 1987-2013 (6-7% ao ano contra 1,5-2% ao ano), sugere que só um imposto progressivo sobre o capital poderia permitir a regulação dessa

dinâmica desigualitária e a produção de mais transparência democrática e estatística sobre essas evoluções. As evoluções recentes referentes à importância global dos patrimônios em relação às rendas e o surgimento de uma nova forma de “*sociedade patrimonial*” também apontam nessa direção (Piketty, 2001; Piketty e Saez, 2013); (Piketty e Zucman, 2014).

5. Meios para a redução das desigualdades: o caso brasileiro

Passaremos a abordar certas medidas e aspectos importantes para minimizar tais desigualdades citadas e suas nefastas consequências sociais.

De forma breve, um dos pontos importantes para uma tributação mais equitativa é a tributação sobre fortuna e heranças. Continuaremos aqui com os estudos e visões de Thomas Piketty em seu livro, “*O Capital do Século XXI*” e assim ele descreve, como uma introdução, que a riqueza é geradora de renda, e a renda pode ser derivada do trabalho ou do capital, este segundo, advindo de lucros, juros, dividendos, arrendamentos, etc., ou seja, o capital a partir do capital, concluindo que:

da mesma forma que as declarações de renda nos permitem estudar as alterações no grau de desigualdade da riqueza, as declarações de patrimônio provenientes de impostos sobre fortunas e heranças nos fornecem informações sobre a evolução desta desigualdade,

Segue-se então que:

os dados sobre riqueza e herança também nos permitem estudar as mudanças na importância relativa da riqueza herdada e da poupança para a construção das grandes fortunas na dinâmica das disparidades da riqueza, por este motivo, explica-nos o autor que, a relevância da desigualdade, difere, a depender de sua origem, se proveniente de herança ou de poupança acumulada.

Antes, porém, de tratarmos explicitamente sobre as heranças e grandes fortunas, devemos analisar as diferentes formas de tributação nos vários países e salientar que é incompreensível a “demonização” dos tributos, sendo claramente observável uma arrecadação muito mais “polpuda” em países mais desenvolvidos. Nestes, a partir dos anos de 1980 e 1990, a carga tributária consolidou-se entre 35% a 40% do PIB, enquanto nos países mais pobres esta taxa fica entre 10% a 15% do PIB, taxas essas incompatíveis com um processo de crescimento do Estado Nacional e mesmo, tão somente, da

capacidade para suprir as necessidades básicas e o essencial mínimo de dignidade à vida humana.

Porém, conforme tabela abaixo, também podemos observar que para além do quanto se tributa, o que mais importa é a forma como se tributa. Daremos grande ênfase à carga tributária brasileira que se assemelha a de países mais desenvolvidos em relação a sua grandeza geral, porém com uma descomunal diferença entre a carga tributária sobre consumo e sobre a renda, patrimônio e capital, com evidente desequilíbrio tributário que fere de forma violenta a camada mais pobre da sociedade que utiliza no consumo básico toda a sua renda. Podemos, por estes dados, afirmar que o Brasil possui uma tributação injusta, eis que quase totalmente regressiva.

O Brasil parece adotar somente o princípio da proporcionalidade que de acordo com o que disserta Ana Paula Ferreira de Almeida, em seu estudo *“A Tributação como instrumento da redução da desigualdade econômica no Estado Social: Críticas à atual progressividade no imposto de renda”*,

consiste na variação da tributação em razão da diferença da base de cálculo, a partir da aplicação da mesma alíquota. É o padrão clássico para efetivação da capacidade contributiva concebido por Adam Smith a partir da teoria do benefício, segundo a qual se presume que as pessoas se beneficiam das prestações estatais na proporção de suas riquezas. Contestada por Stuart Mill, a teoria do benefício encontrou oposição na teoria do igual sacrifício, que acabou por consagrar o subprincípio da progressividade como grande instrumento do Welfare State... Nos dias atuais, a proporcionalidade é saudada como o melhor índice de capacidade contributiva por John Rawls e Klaus Tipke. Porém, mesmo sob a perspectiva liberal assumida por esses autores, é reconhecida a importância da progressividade como mecanismo de distribuição de renda no Estado Social.

Na tabela abaixo trazemos a comparação da nossa carga tributária frente à de outros países em percentual do PIB.

Tabela 1: Comparação da Carga Tributária com outros países em percentual do PIB

País	Carga Tributária	Renda	Patrimônio	Consumo	Folha de Salários
Brasil	35,9	6,4	1,4	18,8	9,2
OCDE (Média)	35,5	12,2	1,9	11,6	9,8
Suécia	44,3	15,5	1,0	12,9	14,8
Reino Unido	35,2	12,6	4,2	11,6	6,8

Canadá	30,7	14,5	3,3	7,5	5,5
EUA	24,3	11,6	3,0	4,4	5,4
Alemanha	37,6	11,4	0,9	10,7	14,4
França	45,3	10,7	3,9	10,7	18,5
Chile	20,8	8,3	0,9	10,6	1,1
Espanha	32,9	9,9	2,0	9,0	11,8
Itália	44,4	14,6	2,7	13,4	13,5
Dinamarca	48,0	29,6	1,8	15,2	1,2
Portugal	32,5	8,7	1,3	13,3	9,0
Grécia	33,8	8,4	2,0	12,6	10,7
Coréia do Sul	26,8	8,0	2,8	9,3	6,7
Turquia	27,7	6,0	1,2	13,0	7,5
Noruega	42,2	20,3	1,2	11,1	9,6
Israel	31,6	9,7	2,9	12,4	6,6

Fonte: (Ribeiro, 2015.p11)

No Brasil o imposto sobre herança é o ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, que está previsto no Art. 155, inciso I da Constituição.

O ITCMD é um imposto estadual, ou seja, cada Estado da Federação deve definir os critérios e alíquotas para suas regiões, ao passo que a alíquota não pode ultrapassar o teto de 8%, conforme definição do Senado Federal. No entanto, em seu artigo, Ribeiro (2015) nos diz que na maioria dos Estados esta alíquota não passa de 4%, ficando na média de 3,95%. Analisemos a tabela comparativa abaixo.

Tabela 2: Comparativo Imposto sobre Herança

País	Imposto sobre Herança	Imposto sobre Doação	Médio	Máximo
	Médio	Máximo		
Brasil	3,95% *	8%	3,50%	8%
EUA	29%	40%	29%	40%
Alemanha	28,50%	50,00%	28,50%	50%
Chile	13%	25%	18,20%	35%
França	32,50%	45%	25%	45%
Inglaterra	40%	40%	30%	40%
Itália	6%	8%	6%	8%
Japão	30%	55%	30%	55%
Luxemburgo	24%	48%	8,10%	14,40%
Suíça	25%	50%	25%	50%

Fonte: EY (2015). Estimativa própria com base na média da média entre as alíquotas mínima e máxima para todos os estados.

Piketty (2013) afirma que a consolidação das fortunas por herança só aumenta a concentração de renda. Como já antes citado, em um cenário onde a taxa de rendimento do capital > taxa de crescimento da renda. Piketty (2013) ainda afirma que:

Quando a taxa de remuneração do capital excede substancialmente a taxa de crescimento da economia, pela lógica, a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção.

Basta então aos herdeiros poupar uma parte limitada da renda de seu capital para que ele cresça mais rápido do que a economia como um todo. Sob essas condições, é quase inevitável que a fortuna herdada supere a riqueza constituída durante uma vida de trabalho e que a concentração do capital atinja níveis muito altos, potencialmente incompatíveis com os valores meritocráticos e os princípios de justiça social que estão na base de nossas sociedades democráticas modernas.

Este também pode ser tido como um agravante à baixa produtividade, sob a ótica de que simplesmente guardar e gerar dinheiro a partir do dinheiro preexistente é mais cômodo e rentável que o seu investimento produtivo, e logicamente nada tem de meritocracia ao se observar a incapacidade de a força de trabalho conseguir atingir níveis, sequer próximos, de tais lucros.

Neste pacote de tributos “injustos”, podemos citar a distância da alíquota sobre o trabalho assalariado de 27,5% e a alíquota sobre os ganhos de capital. Observemos mais de perto.

Tabela 3: Progressiva Anual de Alíquotas do Imposto de Renda

Período	Alíquota
Até 22.847,76	0%
De 22.847,77 até 33.919,80	7,5%
De 33.919,81 até 45.012,60	15%
De 45.012,61 até 55.976,16	22,5%
Acima de 55.976,16	27,5

Fonte: Instrução Normativa RFB Nº 1756, de 31 de outubro de 2017

Verifica-se que para aplicação da alíquota teto de 27,5% a base de cálculo do imposto de renda no Brasil é de R\$55.976,16, sendo esta base de cálculo calculada sobre

o ganho anual do contribuinte, em que a alíquota teto incide sobre a renda de R\$4.664,68 a.m. Tal contribuinte é tributado com a mesma alíquota daquele que habita o topo da nossa pirâmide econômica e social.

Conforme tabela abaixo percebemos que os contribuintes cujos salários pertencem ao teto da alíquota tributária de 27,5% integram a classe C e contribuintes da classe D podem ser tributados na alíquota de até 22,5%, ao passo que contribuintes da classe E em alguns casos também são tributados com alíquotas de 7,5%.

Tabela 4: Classe social por critério econômico de faixa de salário-mínimo

Classe social	Número de Salários-mínimos (SM)	Renda Familiar mínima (per capita)	Renda Familiar máxima (per capita)
A	Acima de 20 SM	R\$ 20.900,01	
B	De 10 a 20 SM	R\$ 10.450,01	R\$ 20.900,00
C	De 4 a 10 SM	R\$ 4.180,01	R\$ 10.450,01
D	De 2 a 4 SM	R\$ 2.090,01	R\$ 4.180,01
E	Até 2 SM	R\$ -	R\$ 2.090,01

Fonte: IBGE x Salário Mínimo 2020 (R\$ 1.045,00)

Agora vejamos de perto a tabela de alíquotas para ganhos de capital:

Tabela 5: Alíquotas de Ganhos de Capital

Ganho de Capital	Alíquota aplicada
Até 5 milhões	15%
De R\$ 5 milhões até R\$ 10 milhões	17,5%
De R\$ 10 milhões até R\$ 30 milhões	20%
Mais de R\$ 30 milhões	22,5%

Fonte: Lei n° 8.981/95, artigo 21; Lei n° 13.259/2016;

Ato Declaratório Interpretativo RFB n° 3/2016

O que seria classificado como ganhos de capital a serem tributados?

Mercado de ações:

Para operações normais - *swing trade* - a venda de ações até o limite de R\$ 20 mil mensais é isenta de tributação. Caso o limite seja ultrapassado, haverá incidência de 15% sobre o lucro do ganho de capital obtido na venda das ações.

Para lucros obtidos em operações *day trade* - compra e venda de ações em um mesmo dia - ou com a venda de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII), será preciso

pagar o IR sobre qualquer operação, independentemente do valor - com alíquota de 20% sobre os rendimentos.

Ganho de capital no exterior:

Assim como dentro do Brasil, o ganho de capital no exterior possui um limite de isenção, ou seja, caso sejam vendidos bens, direitos ou aplicações financeiras até o limite de R\$ 35 mil reais por mês, obtendo ganho na operação, não será necessário recolher o tributo.

No entanto, de modo geral, quando necessário recolher o tributo sobre o lucro do ganho de capital, a alíquota aplicada será de 15%.

Estes modelos citados acima são para pessoas físicas, não se detalhando a tributação para pessoas jurídicas por existirem especificidades de acordo com os diferentes ramos de atuação, mas pode-se dizer que conforme citado no texto de Ribeiro (2015), no ano de 2009 o IRPF totalizou 2,43% do PIB, enquanto o IRPJ alcançou a arrecadação de 3,05% e este resultado revela que o trabalho assalariado é proporcionalmente mais onerado que os lucros e dividendos dos empresários.

Como é possível observar na tabela de alíquotas do IRPF (Tabela 3), o sistema tributário brasileiro é muito falho quanto ao seu teto, pois devia possuir mais níveis de alíquotas com índices que atinjam de forma mais efetiva e onerosa o topo da pirâmide social.

Abaixo traz-se tabela sobre como se comportam os tetos destas alíquotas em outros países, que acabam sendo mais elevadas, porque conferem progressividade, isto é, maiores alíquotas à níveis de renda mais elevados. Quando se percebe o caso brasileiro com um teto menor, mas com arrecadação elevada, chega-se à conclusão de que os pobres pagam tributos pelos milionários.

Figura 1: Alíquota IR no Mundo



Sobre a tributação de grandes fortunas (Wealth Taxes) Carvalho (2011), explica tal imposto como sendo aqueles que:

Gravam o patrimônio pessoal agregado de um indivíduo ou família embora em certos países ele também possa incidir sobre o patrimônio das empresas. (...)

A base de cálculo do Wealth Tax é abstrata abrangente e geralmente incide sobre o patrimônio acumulado, depósitos bancários e poupança, seguros, investimentos em ativos reais e empresas de capital fechado, títulos financeiros, imóveis urbanos e rurais (inclusive o de residência), em automóveis, obras de arte, joias, barcos, aeronaves, e outros bens de uso pessoal.

Carvalho (2011), nos relata que todos os países da Europa Ocidental, com exceção do Reino Unido, Portugal e Bélgica, adotam ou já adotaram um imposto sobre a riqueza, apenas com diferenças na forma aplicada, além de países da América do Sul como Argentina, Uruguai e Colômbia. Este autor segue a contextualização que países que adotaram uma tributação progressiva sobre a renda, riqueza e heranças, como o Japão, Suécia, França e Alemanha conseguiram desconcentrar a renda e riqueza ao longo do século XX. Este mesmo autor diz que todos os países que adotam ou adotaram o Wealth Taxes são sociedades baseadas no Welfare State, com alta participação do gasto público sobre o PIB.

Dados do Observatório de Política Fiscal, por Braga e Pires (2020), revelam o que segue:

o número de países da OCDE que cobram impostos sobre grandes fortunas caiu de 12 em 1990 para 4 em 2017 - uma vez que houve uma revogação em massa na Áustria, Dinamarca, Alemanha, Países Baixos, Finlândia, Islândia, Luxemburgo, Suécia e Espanha. Após a crise de 2008, no entanto, a Islândia e a Espanha restabeleceram impostos sobre a riqueza líquida como medidas de consolidação fiscal. Em 2017, França, Noruega, Espanha e Suíça eram os únicos países da OCDE que cobravam impostos sobre as grandes fortunas. Vale ressaltar aqui que estes países que eliminaram o IGF, minimizaram o problema da concentração de renda enquanto o aplicavam e que a maioria mantém um imposto sobre herança com alíquotas extremamente relevantes para não dizer exorbitantes, como já vimos na tabela de alíquotas sobre heranças anteriormente.

Como já citado anteriormente, aqueles que são contrários à tributação sobre as grandes fortunas alegam desincentivo à formação de poupança e fuga de capital para países com tributações menores. Piketty (2013), quanto à segunda, mesmo considerando uma medida utópica, conclui que a transparência fiscal internacional seria a chave para resolver tal problema, uma cooperação com transmissões automáticas de informações bancárias e um imposto sobre grandes fortunas em escala mundial.

Ribeiro (2015) diz que tal controle pode ser baseado no *Controlled Foreign Corporation (CFC)*, criado em 1962 nos EUA no governo Kennedy. Para o autor,

Regras controladas de empresas estrangeiras são características de um sistema de imposto de renda projetado para limitar o diferimento artificial de impostos usando entidades offshore de baixa tributação, visando o combate ao sigilo bancário e paraísos fiscais.

No entanto, vemos no texto de Lukic e Muniz (2017), que as regras do Brasil não adotam os critérios que utilizam a maioria das CFC Rules.

Tem-se, então, que vários países nos últimos anos deixaram de taxar grandes fortunas, porém, parece que uma nova onda de economistas e frentes políticas desejam rever este conceito. De acordo com a publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (UNAFISCO NACIONAL), intitulada "*Saiu no The Economist*", a tributação sobre grandes fortunas tem maior prioridade na agenda política.

Este texto relata que nos EUA diversos possíveis candidatos à presidência pelo partido Democrata prometem taxaço para os mais ricos. Neste sentido, Bernie Sanders recentemente anunciou um plano de tributar 1%, anualmente, fortunas de mais de U\$32 milhões e 8% em casos de mais de U\$10 bilhões.

Neste artigo verificamos que Piketty (2013) baseou seu conceito no argumento de que o acúmulo de riquezas leva a uma concentraço no poder político, que em troca enfraquece a democracia. Segundo Piketty (2013) Saez e Zucman concordam e ainda citam outras preocupaçoes. Em artigo recente, eles observaram que nos últimos 40 anos a renda nacional dos Estados Unidos praticamente dobrou em relaço ao patrimônio familiar, sobretudo por causa do crescente custo de recursos.

Seguindo o texto *Saiu no The Economist* (2019), tem-se o que segue:

Outros economistas estão começando a favorecer o conceito. Em um novo artigo publicado pelo Departamento Nacional de Pesquisas Econômicas, um grupo de cinco deles destrincha o argumento geralmente usado contra a taxaço de grandes riquezas.

Mas contradizem eles este argumento, ao afirmarem que as formas de aplicaço não são iguais, então se alguns investidores aplicam em títulos poucos rentáveis e outros corajosos investem em startups que se valorizam extraordinariamente, utilizando-se de uma forma de tributaço que vise transferir este imposto de ganho de capital para o patrimônio pessoal, isto encolheria o patrimônio dos primeiros e contribuiria para investimentos que incentivam a produtividade.

Como diz a matéria, esta é uma ideologia do “use ou perca” e, reforça ainda a matéria que *“trocar o ônus da renda de capital, recompensa os esforços do uso do bom dinheiro (...) tributos como este podem trazer moralidade para grandes fortunas, pois se você a tem, precisa constantemente fazer dela algo produtivo”*.

Vemos então que a tributaço sobre grandes fortunas tenta se reinventar. Podemos pensar nestas novas ideias como medidas impeditivas de migraço do capital, ou retornarmos à ideia de Piketty (2013) quanto a uma regulaço internacional. Este texto da *The Economist* (2019) revela uma ideia convergente a isto, vejamos:

Elizabeth Warren, outra possível candidata à presidência pelo partido Democrata, cobraria de americanos renunciando sua cidadania uma “taxa de saída” de 40% de seu patrimônio líquido, quando acima de U\$50 milhões. Instituiçoes financeiras possuem informaçoes detalhadas das contas de seus

clientes, que poderiam ser exigidas por autoridades fiscais. A paciência de governos com paraísos fiscais, já mínima, poderia acabar de vez se essa ideologia se espalhar.

Então talvez possa ser possível dizer que uma transparência fiscal global não é tão utópica e talvez dependa de regras claras provenientes dos países e dos órgãos internacionais comprometidos com uma distribuição de riqueza mais eficiente e efetiva.

6. Conclusão

Conclui-se o presente artigo afirmando que a tributação progressiva é uma das melhores armas que o Estado possui para minimizar a concentração de renda e a sua consequente desigualdade social, geradora dos maiores problemas de uma sociedade. O Brasil, se comparado com algumas nações desenvolvidas, é um dos países que mais possui a tributação regressiva, ou seja, injusta.

Embora não seja fácil, já que pode gerar alguns prejuízos, bem analisada e com um consenso internacional, a tributação sobre as grandes fortunas é possível, benéfica e justa, enquanto que a tributação sobre heranças, já utilizada na maioria dos países é também fundamental, inclusive no que tange ao crescimento produtivo, neste caso, igualmente lamentável no Brasil.

Referências

ALVES, Vitor. **As propostas de reforma social de Keynes**. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/sobreeconomia/2021/02/01/as-propostas-de-reforma-social-de-keynes/#sdfootnote2anc>. Acesso em: 28 nov. de 2021

BERNARDES, Thais. **Desigualdade social pode aumentar em 2021, com ricos mais enriquecidos e pobres mais empobrecidos, revela estudo**. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/desigualdade-social-pode-aumentar-em-2021-com-ricos-mais-enriquecidos-e-pobres-mais-empobrecidos-revela-estudo/>. Acesso em: 22 nov. de 2021

BRAGA, João Pedro Loureiro e PIRES, Manoel. **Experiência Internacional do Imposto sobre grandes fortunas na OCDE**. In FGV Instituto Brasileiro de Economia, 2020. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/pesquisa-academica/experiencia-internacional-do-imposto-sobre-grandes-fortunas-na> Acesso em: 20 nov. de 2021

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Pedro Humberto Bruno de. Nota Técnica: **As discussões sobre a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas: a situação do Brasil e a experiência internacional**. In Notas Técnicas do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea Data). Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5755> Acesso em: 25 nov. de 2021

LEOA. **Ganho de capital: novas alíquotas do IR 2021**. Disponível em <https://www.leoa.com.br/blog/aliquota-ganho-de-capital>. Acesso em: 29 nov. de 2021

LOCH, Mathias Roberto. **Resenha de O Nível: Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos**. Cad. Saúde Pública 32 (8) • 2016, Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JBvnDJRBKBZSpjRSQ3Tj3t/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 nov. de 2021

LUKIC e Melina de Souza Rocha; e MUNIZ, Amanda Almeida. **As regras brasileiras de tributação de controladas e coligadas no exterior: verdadeiras controlled foreign company (CFC) rules?** In Revista de Direito Internacional, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4588> Acesso em: 28 nov. de 2021

MAGALHÃES, Juliana Ribeiro. **Tributação de grandes fortunas, concentração de riqueza e a concorrência fiscal desleal.** São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1504306647_ARQUIVO_Artigo-JulianaRibeiroMagalhaes.pdf Acesso em: 22 nov. de 2021

NACIONAL, Unafisco. **Saiu no 'The Economist': Tributação sobre grandes fortunas tem maior prioridade na agenda política.** Disponível em <https://unafiskonacional.org.br/saiu-no-the-economist-tributacao-sobre-grandes-fortunas-tem-maior-prioridade-na-agenda-politica/>. Acesso em: 22 nov. de 2021

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **As reformas tributárias no plano internacional: a marcha da insensatez.** Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/as-reformas-tributarias-no-plano-internacional-a-marcha-da-insensatez/> Acesso em: 22 nov. de 2021

PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade.** Rio de Janeiro: Le Livros, 2015. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2015/08/piketty-thomas-a-economia-da-desigualdade.pdf>. Acesso em: 28 nov. de 2021

PIKETTY, Thomas. **O Capital do Século XXI.** Rio de Janeiro: Le Livros, 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fdocs.fct.unesp.br%2Fdocentes%2Fgeo%2Fbernardo%2FBIBLIOGRAFIA%2520DISCIPLINAS%2520POS-GRADUACAO%2FPIKETTY%2FO%2520Capital%2520no%2520Seculo%2520XXI%2520-%2520Thomas%2520Piketty.pdf&clen=21478672&chunk=true> Acesso em: 28 nov. de 2021

RAMALHO, Ana Paula Ferreira de Almeida. **A tributação como instrumento de redução da desigualdade econômica no estado social: críticas à atual progressividade do imposto de renda.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51457/1/2020_dis_apfavramalho.pdf. Acesso em: 28 nov. de 2021

RAMALHO, Ana Paula Ferreira de Almeida. **A tributação como instrumento de redução da desigualdade econômica no estado social: críticas à atual progressividade do imposto de renda.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51457/1/2020_dis_apfavramalho.pdf. Acesso em: 28 nov. de 2021

RIBEIRO, Ricardo Lodi. **Piketty e a Reforma Tributária Igualitária no Brasil.** RFPTD, v. 3, n.3, 2015. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/rfptd/article/view/15587/11798. Acesso em: 22 nov. de 2021